

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias por linha	200

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Annuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTICA

REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Usando da autorisação concedida ao governo no § 4.º do artigo 2.º da carta de lei de 15 de julho de 1857; e tendo ouvido o conselho de estado na conformidade do artigo 3.º da mesma carta de lei: hei por bem determinar que no ministerio da fazenda se abra a favor do ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça um credito supplementar até a quantia de 30:000\$000 réis para a despesa com o sustento de presos e policia das cadeias no anno economico de 1859 a 1860, alem da verba de 32:180\$800 réis, votada na respectiva lei da despesa.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, e da fazenda, o tenham assim entendido e façam executar. Paço, 28 de maio de 1860. — REI. — João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins — José Maria do Casal Ribeiro.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA FORME E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1862.

DECLARAÇÃO DELEI DE 15 DE JULHO DE 1857,

COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsáveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

Lista 1738

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRICITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 4 DE SETEMBRO DE 1860

FÓROS INCORPORADOS NA FAZENDA NACIONAL

DISTRICITO DE PONTA DELGADA

CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE

Inventário n.º 485

27238 Fôro de dois alqueires e uma oitava de trigo, imposto em meio alqueire de terra, sita no Pico da Pedra, na Canada Nova: confronta do norte com Jorge Botelho, do sul com Francisco Tavares Torres. Emphyteuta José Antonio de Medeiros — 29\$170.

27239 Fôro de nove alqueires e seis oitavas de trigo, imposto em dois alqueires e tres quartas de terra, sita na Ribeira Grande, e dividida em dois corpos, um de alqueire e meio sita na Canada do Rato, e outro de um alqueire e uma quarta sito no Arieiro. Emphyteuta José Jacinto de Sousa Nuno — 133\$835.

27240 Fôro de 100 réis, imposto em uma casa de palha, sita na Canada de Estevão: confronta do norte com José Duarte Pacheco, do sul com Antonio Jacinto de Sousa. Emphyteuta Antonio da Silva Rocha — 2\$000.

27241 Fôro de 500 réis, imposto em uma casa de palha, sita na Canada de Estevão: confronta do norte com herdeiros de D. Maria Luiza, do sul com Augusto Ferreira Cabido. Emphyteuta José de Sousa Lima — 10\$000.

27242 Fôro de 400 réis, imposto em uma casa de palha, sita na Canada de Estevão: confronta do norte com herdeiros de D. Maria Luiza, do sul com herdeiros de José Vieira Carneiro. Emphyteuta José de Sousa Lima — 8\$000.

Inventário n.º 437

27243 Fôro de 1\$000 réis, imposto em uma casa terrea telhada, sita na Lomba de Santa Barbara: confronta do norte com Rodrigo da Camara, do sul com Antonio da Silva Bravo. Emphyteuta Antonio da Costa Carneiro — 20\$000.

27244 Fôro de 630 réis, imposto em uma casa terrea telhada com o seu quintal, sita na rua do Valle: confronta do norte com a mesma rua, do sul com Manuel José Pereira. Emphyteuta Josepha de Jesus, viuva de Antonio de Almeida — 12\$600.

Inventário n.º 475

27245 Fôro de 890 réis, imposto em um alqueire e tres quartas e mais quarenta e uma varas de terra, sita no Pico da Pedra: confronta do norte com o caminho do concelho, do sul com o morgado João Borges. Emphyteuta Francisco Manuel da Silva — 17\$800.

CONCELHO DE VILLA FRANCA

Inventário n.º 484

27246 Fôro de 1\$155 réis, e quatro alqueires, seis oitavas e uma maquia de trigo, imposto em dois alqueires e trinta varas de terra, sita em Agua de Alto: confronta do norte com Francisco do Couto, do sul com José da Camara. Emphyteuta Antonio Pacheco do Couto — 89\$160.

27247 Fôro de 870 réis, e tres alqueires e seis oitavas de trigo, imposto em alqueire e meio e dez oitavas de terra, sita em Agua de Alto: confronta do norte com Antonio Martins, do sul com Manuel da Camara. Emphyteuta Manuel da Costa Picadara — 68\$875.

27248 Fôro de 3\$120 réis, e treze alqueires de trigo, imposto em quatro alqueires e meio de terra,

sita em Agua de Alto. Emphyteuta José de Sousa Cabrinha — 240\$850.

27249 Fôro de 1\$920 réis, e oito alqueires de trigo, imposto em tres alqueires e meio de terra, sita em Agua de Alto. Emphyteuta João da Costa — 148\$215.

27250 Fôro de cinco alqueires e meio de trigo, imposto em dois alqueires de terra, sita na Ribeira das Tainhas: confronta do norte com o barão das Larangeiras e outros, do sul com herdeiros de Victorino José de Freitas e outro. Emphyteuta Antonio João de Medeiros — 75\$500.

27251 Fôro de dois alqueires e meio de trigo, imposto em um alqueire e vinte varas de terra, sita na Grota Larga. Emphyteuta Francisca Luciana Pimentel, viuva — 34\$320.

Somma R. 890\$325

Declara-se que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 22 de maio de 1860. — Antonio Joaquim da Silva.

Lista 1739

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRICITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 5 DE SETEMBRO DE 1860

FÓROS INCORPORADOS NA FAZENDA NACIONAL

DISTRICITO DE PONTA DELGADA

CONCELHO DE VILLA FRANCA

Inventário n.º 484

27252 Fôro de treze alqueires e sete oitavas de trigo, imposto em sete alqueires de terra, na Ribeira das Tainhas: confronta do norte com Luiz Francisco Rebello e outro, do sul com Canada e Grota. Emphyteuta Antonio da Costa Fôro — 190\$460.

27253 Fôro de tres alqueires e tres oitavas de trigo, e mais maquia e meia, imposto em um alqueire e cinco oitavas de terra, na Ribeira das Tainhas: confronta do norte com Luiz Francisco Rebello e outros, do sul com Canada e Grota. Emphyteuta Francisco Furtado Alberto — 47\$615.

27254 Fôro de tres alqueires e tres oitavas de trigo, e mais maquia e meia, imposto em um alqueire e cinco oitavas de terra, na Ribeira das Tainhas: confronta do norte com Luiz Francisco Rebello e outros, do sul com Canada e Grota. Emphyteuta Antonio de Sousa Salgado — 47\$615.

27255 Fôro de quatro alqueires, uma oitava e uma maquia de trigo, e um oitavo de carro de lenha, imposto em dois alqueires de terra, sita a Senhora da Paz: confronta do norte e sul com José do Amaral — 59\$485.

27256 Fôro de dois alqueires de trigo, imposto em meio alqueire de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Bento José Franco, do sul com caminho. Emphyteuta Francisco de Simas — 27\$455.

27257 Fôro de dois alqueires de trigo, imposto em meio alqueire de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Bento José Franco, do sul com caminho. Emphyteuta Manuel de Medeiros Chranha — 27\$455.

27258 Fôro de dois alqueires e meio de trigo, imposto em cinco oitavas de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Manuel Pacheco de Lima, do sul com caminho. Emphyteuta João de Fontes — 34\$320.

27259 Fôro de dois alqueires e meio de trigo, imposto em meio alqueire de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Marianna Furtado, do sul com João de Medeiros Ginja. Emphyteuta Antonio da Costa Piloto — 34\$320.

27260 Fôro de dois alqueires e meio de trigo, imposto em um alqueire de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com João Leite, do sul com Manuel Pacheco Bixinho. Emphyteuta Jacinto de Medeiros Pingão — 34\$320.

27261 Fôro de tres alqueires e meio de trigo, imposto em dois alqueires e meio de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com caminho, do sul com Antonio de Frias. Emphyteuta João Leite de Mendonça — 48\$045.

27262 Fôro de dois alqueires de trigo, imposto em um alqueire de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com caminho, do sul com Antonio de Frias. Emphyteuta Francisca de Mendonça — 27\$455.

27263 Fôro de quatro alqueires e uma maquia de trigo, imposto em tres alqueires de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Canada da Cerca, do sul com José da Camara e Medeiros. Emphyteuta André Leite — 55\$765.

27264 Fôro de dois alqueires e uma maquia de trigo, imposto em um alqueire e uma quarta de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Antonio de Frias, do sul com Jacinto de Medeiros Pingão. Emphyteuta Anna Leite — 28\$315.

27265 Fôro de quatro alqueires e duas oitavas de trigo, e uma gallinha, imposto em um alqueire de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com caminho, do sul com José Joaquim de Mattos. Emphyteuta Antonio de Macedo — 62\$340.

27266 Fôro de tres alqueires e meio de trigo, 30 réis, e meia gallinha, imposto em tres quartas de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Narciso de Paiva, do sul com José Franco. Emphyteuta José da Costa Subtil — 50\$645.

Somma R. 775\$610

Declara-se que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 22 de maio de 1860. — Antonio Joaquim da Silva.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

1.ª Direcção — 2.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver requerido Sebastiana Maria o abono dos vencimentos que ficaram em divida a seu fallecido filho José Dias, que foi soldado n.º 97 da 6.ª companhia do regimento de infantaria n.º 7; para que, se houver algum que se julgue com melhor direito á percepção dos ditos vencimentos, o venha deduzir dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação d'este annuncio, findo o qual será a pretensão da supplicante decidida como for de justiça.

2.ª Direcção — 2.ª Repartição

Em conformidade da carta de lei de 24 de agosto de 1848 se annuncia haver requerido por este ministerio D. Maria Casimira Dias de Oliveira Chaves o abono dos vencimentos em divida a seu finado marido, Carlos Augusto Pacheco Chaves, que era alferes de infantaria n.º 13; a fim de que, se houver quem se julgue com direito aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida a mencionada pretensão.

Em conformidade da carta de lei de 24 de agosto de 1848 se annuncia haver requerido por este ministerio D. Maria do Carmo de Mendonça o abono dos vencimentos em divida a seu finado marido, João Gregorio de Mendonça, capitão que foi do regimento de artilheria n.º 2; a fim de que, se houver quem se julgue com direito aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida a mencionada pretensão.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

DOM PEDRO, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geracs decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É approved, na parte que depende da sancção legislativa, o contrato celebrado em 3 de janeiro de 1860, entre o governo e John Sutherland Valentine, como representante de Charles Edward Mangles, John Chapman, Robert Russell Notman, e George Bernard Townsend, para a construcção do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja, e o seu artigo adicional, o qual contrato e artigo adicional vão juntos á presente lei, e d'ella fazem parte.

§ unico. O governo poderá substituir a subvenção de que trata o artigo 27.º do mencionado contrato por uma garantia de minimo de juro, que não deverá exceder a 7 por cento sobre uma quantia calculada a razão de 24:000\$000 réis por kilometro.

Art. 2.º Se por qualquer dos meios estabelecidos no artigo antecedente não poder effectuar-se a construcção do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja, é permitido ao governo mandar proceder á construcção do referido caminho por conta do estado.

Art. 3.º É o governo autorizado a fazer crear e emitir pela junta do credito publico os titulos de divida fundada, interna ou externa, que forem necessários para pagamento dos encargos resultantes do contrato approved pelo artigo 1.º, ou para satisfacção das despesas da construcção quando o caminho seja feito pelo modo indicado no artigo 2.º

§ 1.º A proporção que forem emitidos os titulos, o governo dotará a junta do credito publico com as consignações correspondentes aos seus juros.

§ 2.º O governo realisará pelos meios mais convenientes as sommas que forem necessárias para a applicação determinada n'este artigo, com tanto que o encargo annual das operações não exceda a 1/2 por cento sobre o juro real que corresponder aos titulos, segundo o preço que tiverem no mercado, nas epochas em que as mesmas operações forem effectuadas.

Art. 4.º O governo dará conta ás cortes em cada sessão legislativa do estado da construcção da linha ferrea, do modo por que o contrato tiver sido executado, e do uso que houver feito das autorisações concedidas pela presente lei.

Art. 5.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, e dos negocios da fazenda, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 29 de maio de 1860. — REI, com rubrica e guarda. — Antonio de Serpa Pimentel — José Maria do Casal Ribeiro. — Logar do sello grande das armas reaes.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das cortes geracs de 6 de maio de 1860, que approvou o contrato celebrado em 3 de janeiro do corrente anno entre o governo e John Sutherland Valentine, como representante de Charles Edward Mangles, John Chapman, Robert Russell Notman, e George Bernard Townsend, para a construcção do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja, e o seu artigo adicional, o qual contrato e artigo adicional vão juntos á presente lei e d'ella fazem parte, o manda cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém, tudo pela forma retro declarada. — Para Vossa Magestade ver. — Diogo Nicolau Possollo a fez.

Contrato para a construcção dos caminhos de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja, a que se refere a carta de lei d'esta data.

CAPITULO I

CONDICÕES RELATIVAS Á CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE FERRO DAS VENDAS NOVAS A EVORA E BEJA, AO FORNECIMENTO DO RESPECTIVO MATERIAL FIXO E CIRCULANTE, E AOS DIREITOS DO ESTADO E DA EMPRESA SOBRE AS DIVERSAS CONSTRUÇÕES E MATERIAL FORNECIDO.

Artigo 1.º A empresa (devendo entender-se por esta palavra, sempre que for empregada no presente caderno de condições, os concessionarios primitivos, segundos outorgantes, Charles Edward Mangles, John Chapman, Robert Russell Notman, e George Bernard Townsend, ou qualquer particular, sociedade ou companhia, para quem estes traspassem, na conformidade das leis e com autorisação do governo, os direitos adquiridos e as obrigações contrahidas em virtude d'este contrato) effectuará á sua custa, e por sua conta e risco, nos termos, pelo modo e nos prazos estipulados nas diversas condições d'este contrato:

1.º A construcção do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e a Beja com todas as expropriações, aterros e desaterros, obras de arte, assentamento de vias, estações e officinas de pequena e grande reparação, e todos os edificios accessorios,

casas de guarda-barreiras, passagens de nível, muros de vedação ou sebes para separar as vias ferreas das propriedades contiguas, e em geral as obras de construcção previstas ou imprevistas, sem excepção ou distincção, que forem necessárias para o completo acabamento da linha ferrea;

2.º O fornecimento, conservação e renovação das locomotivas, carruagens para viajantes, wagons para mercadorias, machinas e utensilios para as officinas, plataformas giratorias, reservatorios eapparehos hydraulicos, guindastes, signaes, e em geral de todo o material fixo e circulante, designado ou não designado, que for necessário para manter a linha em perfeito estado de exploração;

3.º O estabelecimento de um telegrapho electrico ao lado da linha ferrea, e a conservação e renovação dos materiais e apparehos que forem precisos para o conservar em bom estado de serviço;

4.º A collocacão de marcos kilometricos depois de terminada a linha, e o levantamento do cadastro do caminho de ferro, com a descripção de todas as obras de arte e mais dependencias.

§ 1.º A directriz do caminho de ferro será a que foi escolhida pelo engenheiro Brandão, bifurcando para Evora e para Beja, junto a Santiago do Escurial, segundo consta dos estudos que existem no ministerio das obras publicas, salvas as modificações propostas pela empresa e approvadas pelo governo.

§ 2.º O governo concede á empresa a facultade de tirar copias de desenhos relativos á linha ferrea de que se trata, que tiverem sido feitos á custa do estado.

Art. 2.º As obras mencionadas no artigo precedente, que a empresa é obrigada a executar, serão feitas conforme os projectos definitivos por ella preparados em harmonia com estas condições, depois de terem sido approvados pelo governo.

§ unico. Estes projectos comprehenderão:

1.º O plano geral do caminho com a indicação da collocacão das estações, portos secos, passagens de nível, e mais edificios accessorios e dependencias do serviço da linha, o qual plano será feito na escala de 1 para 5000;

2.º O perfil longitudinal na escala de 1 para 5000 para os comprimentos, e 1 para 500 para as alturas;

3.º Os perfis transversaes na escala de 1 para 200;

4.º As obras de arte na escala de 1 para 50 para um comprimento abaixo de 10m, de 1 para 100 para um comprimento de 10 a 100m, de 1 para 200 para um comprimento acima de 100m.

Art. 3.º O caminho de ferro será construido para uma só via de carris, tendo as necessárias vias de resguardo e as de serviço das estações, mas as expropriações e obras de arte serão feitas com largura para duas vias em toda a sua extensão.

§ unico. Logo porém que a receita bruta annual do caminho de ferro por kilometro chegar a réis 4:000\$000, a empresa será obrigada a assentar a segunda via ferrea á sua custa, sem que por isso tenha direito em tempo algum a qualquer indemnisação ou augmento de subsidio.

Art. 4.º O caminho de ferro ficará em toda a sua extensão superior ás aguas das maiores inundações conhecidas. As dimensões dos taludes e fossos serão fixadas de maneira que assegurem o prompto escoamento das aguas e enxugo da linha. A inclinação dos taludes será regulada segundo a natureza do terreno e conforme as localidades. No caso de necessidade serão revestidos por um pedrado, ou sustentados por meio de muros de alvenaria, ou por outros meios que se julgarem convenientes.

As terras para a formação dos aterros serão sempre extrahidas de maneira que se evite por todos os meios possíveis a estagnação das aguas com prejuizo da saude publica.

Art. 5.º O maximo dos declives deverá ser em regra de 0m,007 por metro, mas em alguns casos poderá subir até 0m,010 por metro, quando isso for indispensavel.

Art. 6.º Os raios das curvas de concordancia que ligam os alinhamentos rectos deverão ser no minimo de 500m, e de 300 nas vias de resguardo. Nos casos em que se empregarem estes raios, as respectivas curvas de concordancia deverão effectuar-se, tanto quanto for possível, sobre planos horizontaes.

Art. 7.º A largura do caminho sobre o balastro não será nunca inferior a 7m,40 para as duas vias, e 4m para uma via, devendo ser reguladas em relação a esta largura, e conforme as circumstancias do caminho, as dimensões das banquetas, das rampas e dos fossos.

A largura de cada via deverá ser de 1m,67 entre as arestas interiores dos carris.

A entrevia, ou distancia entre as duas vias, será pelo menos de 1m,80, e no maximo de 2m, entre as faces exteriores dos carris internos de cada via.

Art. 8.º Os carris e outros elementos constitutivos da via ferrea devem ser de boa qualidade e dos melhores modelos, proprios a preencher o fim do seu destino.

Os carris serão de ferro laminado, não poderão ter de peso menos de 37 kilogrammas por metro corrente, serão fixados pelo sistema que a empresa julgar mais conveniente, segundo os ultimos aperfeiçoamentos e sob previa approvação do governo, e serão ligados entre si por meio de corredeiras (celisões).

Art. 9.º O caminho de ferro será fechado por meio de muros, sebes vivas ou grades de madeira, que o separem das propriedades contiguas, com barreiras de serventia abrindo para fóra.

Art. 10.º A empresa deverá estabelecer, para o serviço das localidades atravessadas pela linha ferrea, portos secos, destinados ao estacionamento, carga e descarga de mercadorias.

O numero e superficie d'estes portos será por ella submettido á approvação do governo.

Art. 11.º A empresa construirá pontes, viaductos, pontões, aqueductos e canos de pedra, ferro ou tijolo, e passagens de nível, em numero sufficiente, e com as dimensões que exigir o volume das aguas ou a largura do caminho de ferro ou da estrada ordinaria, a que alguma d'essas obras deve dar passagem.

Art. 12.º Os cruzamentos do caminho de ferro com as estradas de primeira e segunda classe, caminhos municipaes e vicinaes, poderão ser de ni-

vel, excepto nos casos em que o governo determinar o contrario.

Quando tiver lugar qualquer cruzamento de nível, a empresa será obrigada a estabelecer barreiras, abrindo-se para a parte exterior da linha de ferro, tendo um guarda encarregado d'este serviço.

Art. 13.º Quando o caminho de ferro passar sobre uma estrada de primeira classe, a abertura do viaducto não será menor de 7m,92; sobre uma estrada de segunda classe 6m,60; sobre um caminho municipal 5m,50.

A altura do fecho da abobada acima do pavimento da estrada será de 5m pelo menos, a largura entre os parapeitos será de 8m, a altura dos parapeitos será de 0m,70 pelo menos.

Art. 14.º Quando o caminho de ferro passar por baixo de uma estrada de primeira classe, a largura do viaducto será de 7m,92, sendo de segunda classe 6m,60, para os caminhos municipaes 5m,50. A abertura entre os pés direitos será pelo menos de 8m. A distancia vertical do intradorso á parte superior dos carris será pelo menos de 4m,50.

Art. 15.º Quando o caminho de ferro atravessar um rio, canal ou uma corrente qualquer, a ponte terá a largura e altura dos parapeitos estipuladas no artigo 13.º

guerra ou de quaesquer commoções politicas, sem culpa da empresa, o governo a indemnizará pagando-lhe o valor das reparações, depois de avaliadas, em dinheiro ou em títulos de divida publica pelo seu valor no mercado.

Art. 25.º Logo que tenha expirado o prazo da concessão acima estabelecida, a empresa entregará ao governo, em bom estado de exploração, o caminho de ferro com todo o seu material fixo, seus edificios e dependencias de qualquer natureza que sejam, sem que por isso tenha direito a receber d'elle indemnização alguma.

Tambem lhe entregará todo o material circulante; mas tanto o valor d'este, como o do carvão de pedra, e outros quaesquer provimentos que entregar ao governo, ser-lhe-ão pagos segundo o arbitrio de louvados.

Art. 26.º Em qualquer epocha, depois de terminados os quinze primeiros annos, a contar do prazo estabelecido para a conclusão da linha, terá o governo a faculdade de resgatar a concessão inteiramente.

Para determinar o preço da remissão, toma-se o producto liquido obtido pela empresa durante os sete annos que tiverem precedido aquelle em que a remissão deve effectuar-se, deduz-se d'esta somma o producto liquido que corresponde aos dois annos menos productivos, e tira-se a media dos outros annos, a qual constitue a importancia de uma annuidade, que o governo pagará á empresa durante cada um dos annos que faltarem para terminar o prazo da concessão. Porém esta annuidade nunca será inferior ao producto liquido do ultimo dos sete annos tomados para base d'este calculo. Neste preço da remissão não é incluído o valor do carvão, coke ou outros abastecimentos, que serão avaliados em separado, e pagos pelo governo, na occasião de serem entregues, pelo preço da avaliação.

Art. 27.º O governo concede mais á empresa o subsidio de 16:000\$000 réis por kilometro, que serão pagos em bonds de 3 por cento pelo seu valor no mercado, segundo o preço medio da ultima semana na praça de Londres, em dinheiro. Porém se aquelles kilometros em que os terrenos a expropriar houverem sido cedidos ao governo sem indemnização, concede o governo á empresa os mencionados terrenos, deduzindo-se no subsidio que o governo tem de dar á mesma empresa a importancia de 500\$000 réis em cada kilometro.

§ unico. Para o pagamento do subsidio que for concedido á empresa, dividir-se-á cada linha no numero de troços que parecer conveniente, e em cada um d'esses troços se pagará a parte correspondente em tres prestações: a primeira depois de terminados todos os movimentos de terra e obras de arte, a segunda depois de assentada a via, e a terceira depois de entregue á exploração.

Estas prestações serão pagas em vista do certificado do engenheiro fiscal do governo.

Art. 28.º Concede mais o governo á empresa a faculdade de construir todos os ramaes que possam alimentar a circulação das linhas concedidas por este contrato, excepto se estes ramaes excederem 18 kilometros ou conduzirem a povoações, ou a quaesquer pontos por onde passe outro caminho de ferro, e precedendo sempre o respectivo contrato especial com o governo, e sem que este pela dita construção lhe pague subsidio algum ou lhe garanta qualquer beneficio.

Quando porém o governo julgar necessario construir alguns d'estes ramaes, e a empresa se não prestar a isso, o governo reserva-se muito expressamente o direito de os construir, ou contratar a sua construção com qualquer empresa nos termos que lhe aprouver.

Art. 29.º O governo não poderá conceder, durante o tempo d'esta concessão, linha alguma parallela á que fazem objecto do presente contrato, sem consentimento da empresa, excepto a uma distancia d'estas superior a 40 kilometros.

Art. 30.º O governo reserva-se o direito de fazer novas concessões de quaesquer caminhos de ferro que venham entroncar com as linhas concedidas, ou que, partindo de quaesquer dos seus pontos, sigam direcções divergentes.

Art. 31.º Quando o governo venha a ordenar a construção de uma estrada, canal ou via ferrea, que atravesse as linhas concedidas, deverá tomar todas as medidas necessarias para que não resulte impedimento ou obstaculo á circulação d'estas, nem o minimo augmento de despeza para a empresa.

Art. 32.º A abertura de qualquer das vias de comunicação, de que tratam os dois precedentes artigos nas condições ali exaradas, não poderá autorizar reclamação alguma por parte da empresa.

Art. 33.º As empresas concessionarias de quaesquer caminhos de ferro, que venham entroncar com a linha das Vendas Novas a Évora e Beja, terão a faculdade de fazer circular n'ella as suas carruagens, wagons e machinas, sujeitando-se aos respectivos regulamentos de policia e serviço, e pagando pelas pessoas e mercadorias uma portagem que, no caso de não haver accordo entre as empresas, será regulada segundo a relação entre a portagem e o transporte estabelecido nas tarifas dos mais recentes cadernos de condições em França.

Esta faculdade será reciproca para todas as linhas.

No caso em que as diversas empresas não possam accordar-se sobre o exercicio d'esta faculdade o governo decidirá a questão.

Art. 34.º Concede mais o governo á mesma empresa a isenção de qualquer contribuição geral ou municipal nos primeiros vinte annos depois do começo das obras; com tudo n'esta disposição não é incluído o direito de transitio lançado sobre os preços de condução dos passageiros e mercadorias que estão marcados nas tarifas, a qual todavia não excederá nunca a 5 por cento sobre aquelles preços.

Art. 35.º O governo concede mais á mesma empresa, desde a data da adjudicação até que a linha ferrea se ache em estado de exploração, a entrada livre de quaesquer direitos pelas alfândegas a todos os materiais e utensilios, machinas, combustivel, e mais objectos que forem necessarios para a construção e exploração da linha ferrea.

§ 1.º Depois de se achar em estado de exploração a dita linha, esta isenção continuará por mais dois annos, tão somente para as machinas e combustivel destinados á exploração.

§ 2.º As disposições do principio d'este artigo e seu § 1.º são applicaveis á collocação da segunda via, mas só pelo que respeita ao material que lhe corresponde.

§ 3.º A empresa conformar-se-á com os regulamentos fiscaes que forem necessarios para prevenir o abuso d'esta concessão.

Art. 36.º Concede mais o governo á mesma empresa, sem encargo algum, todos os terrenos do estado que deverem ser occupados pelas linhas que fazem o objecto d'este contrato e edificios respectivos, bem como todas as madeiras que estiverem sobre os mencionados terrenos.

Art. 37.º As expropriações que a empresa houver de fazer para as obras do caminho de ferro contratado serão reguladas amigavelmente, ou pelas leis respectivas, tanto geraes como especiaes dos caminhos de ferro, devendo intervir o ministerio publico para auxiliar a empresa em nome do interesse geral, nos termos das leis em vigor, ou d'aquellas que venham a promulgar-se para facilitar estas expropriações.

Art. 38.º Concede enfim o governo á mesma empresa a faculdade de desviar correntes e alterar a direcção de caminhos, uma vez que a construção da linha ferrea assim o exija, devendo em todos os casos regular-se pelas leis sobre a expropriação por utilidade publica, que lhe deverão ser applicadas, e sujeitar-se á previa approvação do governo.

CAPITULO III

CONDIÇÕES QUE REGULAM O MODO COMO DEVE SER FEITA A EXPLORAÇÃO CONCEDIDA Á EMPRESA PELO ARTIGO 23.º DO CONTRATO

Art. 39.º Para regular os preços da condução de passageiros, gado e mercadorias, adoptar-se-ão como base as tarifas logeas do caminho de ferro do Barreiro ás Vendas Novas, as quaes poderão ser modificadas por proposta da empresa e com a approvação do governo, ficando porém os seus preços estabelecidos como maximos até á conclusão do caminho de ferro.

§ 1.º Cinco annos depois de entregue á exploração a linha das Vendas Novas a Évora e Beja, e consequentemente de cinco em cinco annos, proceder-se-á á revisão das tarifas.

§ 2.º Reduzidos uma vez os preços para qualquer classe de passageiros ou de mercadorias, não poderão augmentar-se senão passados seis mezes.

§ 3.º Na falta de accordo entre o governo e a empresa, acerca das modificações a introduzir nas tarifas que são tomadas por base, ou nas que de futuro estiverem estabelecidas, adoptar-se-ão, como maximos, os preços das tarifas que constarem dos cadernos de encargos das concessões de caminhos de ferro feitos em França, ou que estiverem estabelecidas por lei d'aquelle paiz, se não forem superiores aos que vigorarem anteriormente no caso da revisão de que trata o § 1.º

§ 4.º Se o governo julgar que, sem prejuizo dos interesses da empresa, podem reduzir-se as tarifas, e esta não accorciar na redução, poderá ella ser levada a effecto por uma lei, garantindo á empresa o producto total do ultimo anno, liquido das despezas de exploração, e o augmento progressivo que, em termo medio, tenha tido no ultimo quinquennio.

§ 5.º Qualquer modificação, que em qualquer tempo se faça, será annunciada com um mez de antecedencia.

Art. 40.º A percepção dos preços de transporte deverá fazer-se indistinctamente, sem nenhuma especie de favor.

§ 1.º No caso em que a empresa conceda a um ou mais expedientes uma redução qualquer sobre os preços da tarifa antes de a pôr em execução, deverá dar conhecimento d'isso ao governo, e este terá o direito de declarar a redução obrigatória para todos os expedientes, e applicavel a todos os artigos da mesma natureza. A taxa assim reduzida não poderá ser levantada antes de tres mezes.

§ 2.º As reduções concedidas a indigentes não poderão em caso algum dar logar á applicação das disposições que precedem.

Art. 41.º As despezas accessorias não incluídas nas tarifas, taes como deposito, armazens e outras, serão fixadas pela empresa com a approvação do governo.

Art. 42.º A recepção terá logar por kilometros; assim 1 kilometro encaetado será pago como se fosse percorrido. Exceptua-se d'esta regra toda a distancia percorrida menor de 5 kilometros, a qual será paga por 5 kilometros inteiros.

O peso da tonelada é de 1:000 kilogrammas.

As fracções de peso não serão contadas senão por centessimos de toneladas; assim todo o peso comprehendido entre 0 e 10 kilogrammas pagará como 10 kilogrammas, entre 10 e 20 pagará como 20 kilogrammas, e assim successivamente.

Art. 43.º O transporte de objectos perigosos ou de massas indivisiveis de peso superior a 5 kilogrammas não será obrigatorio para a empresa. As condições d'este transporte poderão regular-se amigavelmente entre ella e os expedientes.

Feito porém accordo com um não se poderá negar a fazer-lo nos mesmos termos, durante tres mezes pelo menos, com todos os que lhe fizerem igual pedido.

§ 1.º Todo o transporte que necessitar, pelas suas dimensões, o emprego de um ou mais wagons pagará pela carga inteira do wagon ou dos wagons que empregar, qualquer que seja o peso transportado.

§ 2.º As mercadorias que a pedido dos expedientes forem transportadas com a velocidade de viajantes pagarão na razão do dobro do preço ordinario.

§ 3.º Os cavallos e mais gado também pagarão no mesmo caso o dobro do preço das respectivas tarifas.

Art. 44.º As mercadorias, volumes, animaes e outros objectos não designados nas tarifas serão qualificados para o effecto do pagamento dos direitos de transporte nas classes com as quaes tiverem maior analogia. Esta classificação será feita pela empresa de accordo com os fiscaes do governo, com recurso para o ministerio das obras publicas.

Art. 45.º Todos os objectos (excepto os preciosos, especificados na tarifa) que pesarem menos do que 10 kilogrammas serão considerados como objectos de recovação.

Art. 46.º Todo o viajante, cuja bagagem não pesar mais de 30 kilogrammas, não terá a pagar pelo transporte d'esta bagagem augmento algum do preço, alem d'aquelle que dever pagar pelo seu logar.

Art. 47.º Os militares e marinheiros em serviço, viajando em corpo ou isoladamente, pagarão apenas por si e suas bagagens metade dos preços estipulados nas tarifas respectivas.

Art. 48.º Os empregados do governo que forem incumbidos da fiscalização do caminho de ferro, ou da cobrança de contribuição lançada sobre os preços de transportes, ou da fiscalização sanitaria da linha, deverão transitar n'ella sem pagar quantia alguma.

Art. 49.º A empresa será obrigada a pôr á disposição do governo, por metade do preço das tarifas, todos os meios de transporte estabelecidos para a exploração do caminho de ferro, quando elle precisar dirigir tropas ou material de guerra sobre qualquer ponto servido pela linha ferrea.

Art. 50.º A empresa será obrigada a transportar gratuitamente as malas do correio e os seus conductores em wagons bem acondicionados nos trens de maior velocidade.

O governo fará, ouvida a empresa, o regulamento d'este serviço, tomando por base os regulamentos francezes respectivos aos caminhos de ferro subsidiados pelo estado.

Art. 51.º O numero de viagens por dia será fixado pela empresa, de accordo com o governo, segundo as necessidades da circulação. O maximo e minimo da velocidade dos comboios ordinarios de viajantes e mercadorias, e dos comboios extraordinarios, bem como a duração do transitio completo, serão sujeitos ás regras de policia para segurança publica, que o governo tem direito de estabelecer, ouvida a empresa.

Art. 52.º Todo o comboio ordinario de viajantes deverá conter, salvo os casos imprevistos de extraordinaria occorrença, carruagens de todas as classes em quantidade sufficiente para as pessoas que se apresentarem a tomar logar.

Art. 53.º O uso do telegrapho electrico será gratuitamente permitido ao governo para os despachos officiaes, e aos particulares mediante os pre-

ços de uma tabella estabelecida pela empresa de accordo com o governo.

CAPITULO IV

CONDIÇÕES RELATIVAS AO DEPOSITO, PRASOS PARA A CONSTRUÇÃO, PENAS CONVENIENCIAES, LEGISLAÇÃO APPLICAVEL E OUTRAS ESTIPULAÇÕES

Art. 54.º O deposito de 30:000 libras esterlinas, em títulos de divida publica portugueza, pelo seu valor no mercado, feito no banco de Portugal em nome dos concessionarios á ordem do governo, como caução ao cumprimento das obrigações da empresa, só poderá ser levantado pela mesma empresa nos termos do artigo seguinte. Se porém as cortes não approvarem o presente contrato, o mencionado deposito será logo restituído á empresa.

§ unico. A empresa tem direito a receber os juros d'estes títulos, em quanto durar o mesmo deposito.

Art. 55.º Quando o engenheiro fiscal do governo declarar, por um attestado, que ha obras executadas pela empresa, em termos de serem approvadas, expropriações ou material empregado, na importancia de 15:000 libras esterlinas, será permitido á mesma empresa levantar a parte do deposito total, ou 10:000 libras esterlinas; quando por um segundo attestado o mesmo engenheiro fiscal declarar que ha novas obras, igualmente em termos de serem approvadas, na importancia de outras 15:000 libras esterlinas, será permitido á empresa levantar outra terceira parte do deposito de outras 10:000 libras esterlinas; quando finalmente o engenheiro fiscal declarar que obras ultteriores foram executadas na importancia de mais 15:000 libras esterlinas, ficando d'este modo executadas as obras, feitas as expropriações, ou empregado material sobre a linha, na importancia de 45:000 libras, será permitido á empresa levantar o resto do seu deposito, ficando todas as obras feitas servindo de caução ao cumprimento das obrigações da empresa.

Art. 56.º Depois de approvado este contrato pelas cortes a empresa irá successivamente apresentando o estado das alterações que propor á directriz adoptada como base pelo artigo 1.º § 1.º d'este caderno de condições, assim como os projectos completos das diversas secções da linha, de modo que dentro de nove mezes, a contar da data da lei que approvar o contrato, tenha apresentado todos os desenhos que a sciencia exige como necessarios para a completa descripção de todas as obras que a mesma empresa deve fazer, ordenados em harmonia com a disposição do artigo 2.º

§ 1.º A decisão do governo, relativa á approvação ou desapprovação das modificações propostas, do projecto completo das secções e mais desenhos, a que se refere este artigo, será intimada á empresa dentro de um mez, a datar da sua apresentação.

§ 2.º O tempo que o governo gastar em decidir as questões de similhante natureza, alem do mez a que se refere o § 1.º, não será contado nos prazos marcados para o começo e conclusão das obras.

Art. 57.º A construção do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja começará em escala proporcional a sua extensão, dentro de tres mezes, a contar da data da lei que approvar este contrato, e na mesma escala continuará até á sua conclusão. O caminho de ferro com todo o seu material fixo e circulante, edificios accessorios e dependencias, de que tratam os artigos 1.º e outros, estará prompto para se poder entregar ao transitio publico, em toda a sua extensão, dentro de tres annos, a contar do dia em que começarem as obras.

Art. 58.º Se a empresa não começar as obras dentro do prazo determinado no artigo 57.º, julgar-se-á caducada a concessão e rescindido este contrato, e reverterá para o estado a caução depositada.

Art. 59.º Se a empresa tendo começado as obras as não continuar nos termos do citado artigo, ou se não concluir a construção do caminho de ferro com todo o seu material fixo e circulante, edificios accessorios e dependencias, nos termos e no prazo estipulado no mesmo artigo, ou se não cumprir as clausulas estipuladas no contrato, ou se recusar a obedecer á decisão dos arbitros, caso de desavença, terá também o governo, por sua auctoridade, direito a declarar rescindido o contrato.

§ unico. Neste caso será a construção do caminho de ferro, com todas as obras feitas e material fornecido, depois de competentemente avaliados, posta em hasta publica por espaço de seis mezes, com as mesmas condições, e arrematada á empresa que maior lanço offerecer. O preço da arrematação será entregue á empresa, depois de deduzidas as despezas que o governo tiver feito com o pagamento do subsidio e fiscalisação.

Se, dentro d'estes seis mezes, não houver quem arremate, serão as obras e material fornecidos adjudicados ao estado, sem indemnização alguma, e o contrato rescindido para todos os effectos juridicos.

Art. 60.º Exceptuam-se das disposições dos artigos precedentes os casos de força maior devidamente comprovados.

§ unico. E tambem se exceptua das disposições dos mesmos tres artigos o caso em que o governo deixe de pagar alguma prestação da subvenção nos prazos estipulados, segundo o disposto no artigo 27.º, ou depois da decisão dos arbitros no caso de contestação, no qual caso a empresa terá direito a receber os juros de 6 por cento ao anno sobre as quantias devidas, e a interromper as obras pelo tempo em que estiver desembolsada, a reclamar uma extensão de prazos para a construção das obras por um tempo igual ao tempo do desembolso; e bem assim ao pagamento de todas as perdas e damnos, que lhe possam provir da demora.

Art. 61.º Se a empresa não conservar, durante todo o prazo da concessão, a linha ferrea e suas dependencias, assim como o material fixo e circulante, em perfeito estado de serviço, fazendo sempre para este fim, á sua custa, todas as reparações que forem necessarias, assim ordinarias, como extraordinarias, conforme a disposição do artigo 25.º, ou se for remissa em satisfazer ás requisições que para esse fim lhe forem feitas pelo governo, poderá este mandar proceder ás necessarias reparações por sua propria auctoridade; e n'este caso tem direito de appropriar-se de todas as receitas da empresa, até completar a importancia das despezas feitas, augmentadas de um quinto, a titulo de multa.

Art. 62.º No caso de interrupção total ou parcial da exploração do caminho de ferro, o governo proará por sua propria auctoridade, provisoriamente, para que a dita exploração continue por conta da empresa, e intima-la-á logo para ella se habilitar a cumprir com a sua obrigação respectiva.

§ 1.º Se tres mezes depois de intimada, na forma d'este artigo, a empresa não provar que está habilitada para continuar com a exploração da linha ferrea, incorrerá por esse mesmo facto, depois de declaração do governo, na pena de rescisão do contrato, e perderá o direito a todas as concessões que por elle lhe forem feitas, e o governo entrará immediatamente na posse do caminho de ferro, e de todas as suas dependencias, sem indemnização alguma.

§ 2.º Ficam salvos das disposições d'este artigo os casos de força maior.

Art. 63.º Quando o governo tomar conta do caminho de ferro, finda a concessão, terá o direito de se pagar de quaesquer despezas que sejam necessarias para pôr o dito caminho em bom estado de serviço, pelo valor do material circulante, servio e mais provimentos, os quaes objectos ficarão servin-

do nos ultimos cinco annos de hypotheca especial a esta obrigação.

Art. 64.º A execução de todas as obras do caminho de ferro, ou fornecimento, collocação e emprego do seu material fixo e circulante, ficam sujeitos á fiscalisação dos engenheiros que o governo nomear para esse fim.

Art. 65.º Quando o governo, ou o seu engenheiro fiscal, e a empresa, não se acharem de accordo, o governo nomeará para arbitro um engenheiro de caminhos de ferro, e a empresa nomeará outro, e um terceiro, com voto forçado de desempate, será nomeado por ambos os engenheiros assim nomeados. Se os arbitros do governo e da empresa não concordarem na nomeação do terceiro arbitro, cada um dos arbitros escreverá o nome de um engenheiro de caminhos de ferro de grande reputação europeia, e a sorte decidirá o que ha de ser escolhido.

Art. 66.º O caminho de ferro, na sua totalidade ou em qualquer das suas secções, não será aberto ao transitio publico em quanto a empresa não tiver obtido a approvação do governo, que, para esse fim, mandará examinar miuda e attentamente, por pessoas competentes, todas as obras feitas e material fixo e circulante.

§ unico. Os engenheiros que forem incumbidos d'este exame procederão a elle com o maior cuidado e circumspecção, e lavrarão um auto em que deem relação minuciosa e exacta de tudo quanto encontrarem com respeito á segurança da via ferrea, interpondo por fim o seu juizo, que submeterão á sancção do governo para o habilitar a resolver.

Art. 67.º O governo terá o direito de fiscalisar, por meio dos seus agentes, a exploração da linha ferrea durante todo o tempo da concessão.

Art. 68.º A empresa, seus contratadores, agentes e operarios ficarão sujeitos, em tudo quanto diz respeito ao contrato para a construção e exploração do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja, ás leis e tribunaes do reino de Portugal.

§ unico. O governo, pela sua parte, lhes garantirá, a elles e ás suas propriedades, a mesma protecção que as leis do reino conferem aos nacionaes. Não se entende contudo renunciarem os interessados aos fóros da sua nacionalidade.

Art. 69.º O governo fará o regulamento de policia do caminho de ferro e suas dependencias, ouvida a empresa.

A empresa é auctorizada a fazer os regulamentos para os servicos da exploração, submettendo-os á approvação do governo.

Estes regulamentos são obrigatorios para a empresa, e em geral para todas as pessoas que fizerem uso do caminho de ferro.

Art. 70.º A empresa poderá constituir-se em sociedade anonyma ou companhia, na conformidade das disposições do codigo commercial portuguez, ficando a sua constituição dependente da approvação dos estatutos pelo governo.

§ unico. Se ao tempo da approvação do presente contrato pelas cortes o estado do mercado monetario da Europa for tal que torne difficil a formação de uma companhia para a execução da empresa, poderá o governo prorogar o prazo para a execução das obras.

Art. 71.º Todas as questões que se suscitarem entre o governo e a empresa sobre a execução d'este contrato, excepto aquellas de que trata o artigo 65.º, serão decididas por arbitros; dos quaes dois serão nomeados pelo governo e dois pela empresa. No caso de empate sobre o objecto em questão será um quinto arbitro nomeado a aprazimento de ambas as partes. Faltando accordo para esta nomeação, será deferida ao supremo tribunal de justiça a nomeação do quinto arbitro.

Art. 72.º Depois da assignatura do presente contrato a empresa poderá principiar immediatamente com os estudos, levantamento de plantas para a linha, e communicações e movimentos de terra, conforme os projectos que houverem sido approvados pelo governo. Se as cortes não approvarem o presente contrato, o governo pagará á empresa todas as despezas que tiver feito com os ditos estudos, levantamento de plantas, e movimento de terra.

ARTIGO ADICIONAL

Se desde os quinze até aos trinta annos, contados do prazo estabelecido para a conclusão da linha, o governo quizer prevalecer-se da faculdade de remir a concessão que faz o objecto d'este contrato, garantirá á empresa pelos annos que restarem da concessão uma annuidade que não poderá ser menos de 6 1/2 por cento sobre o custo verdadeiro do caminho de ferro, e seu material fixo e circulante, depois de deduzida a importancia da subvenção que a empresa tiver recebido do governo, não podendo em caso algum exceder a 500:000 libras esterlinas a somma sobre a qual se garante a sobredita annuidade de 6 1/2 por cento.

Paço das Necessidades, em 29 de maio de 1860. — Antonio de Serpa Pimentel — José Maria do Casal Ribeiro.

Tabella a que se refere o contrato para a construção dos caminhos de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja, approvado pela lei d'esta data.

COMBOIO EXPRESSO	
Por legua de 5 kilometros.....	Réis
Passageiro de 1.ª classe.....	180
Dito de 2.ª classe.....	120
COMBOIOS ORDINARIOS	
Passageiros de 1.ª classe.....	120
Ditos de 2.ª classe.....	90
Ditos de 3.ª classe.....	60
COMBOIOS DE CARGA	
Gado por cabeça:	
Cavallos, machos e qualquer outra cavalgada maior ou menor, bois, vacas e touros.....	120
Vitellas e porcos.....	60
Carneiros, ovelhas, cabras e cabritos.....	20

MERCADORIAS POR TONELADAS DE 1:000	
Cereaes, farinha, legumes, sementes, fructas, hortaliças, ovos, bolos de oleo de linhaça, queijos, oleos, sebo e outras materias gordas, mercuro, platinas, ferro forjado e fundido não fabricado, ferro em folhas e em arcos, pregos, bigornas, tornos, correntes, lajes, tijolos, telhas, asphalto, taboado de pinho, aduellas, arcos.....	120
Estrumes, adubos agricolas de toda a especie, materias em bruto para construcções, carvão de pedra slak, escovas, pez e alcatrão, cinzas e argillas.....	80
Cal, pedra de cal e de gesso, minérios, ferro em bruto, carvão de pedra, ardizias.....	90
Sal, arcia, barro cozido.....	75
Corros, manteiga em barricas ou barris, feragens, coke, carvão culme.....	180
Ferment de cerveja.....	160
Lupulo, feno e palha, rama de pinheiro e matto, ossos, chitres e unhas, tabaco não fabricado, fazendas manufacturadas.....	200
Verguinhas de ferro, ferro em linguados e em barra, e todas as outras especies ainda não mencionadas, soda, salitre, vinho, aguardentes e cerveja.....	100
Assucar, café, drogas, madeiras de tinturaria.....	135
Aço fabricado, carvão vegetal, casca de carvalho.....	150
Linho, algodão, lã e seda.....	140
Linho, algodão, lã e seda manufacturados.....	240
Tabaco fabricado.....	300

Peixe fresco transportado com a velocidade de viajantes.....	500
Madeira apparelhada, por cada 40 pés cubicos.....	140
Cortiça, por cada 40 pés cubicos.....	300
Caça, aves domesticas e outra criação, em canastras de 8 pés cubicos.....	100
Cantaria, marmores ou outra qualquer pedra em laminas, por cada 14 pés cubicos.....	90
Louça, por canastra de 8 pés cubicos.....	75
Chapéus, sapatos, quinquilharias, por cada 40 pés cubicos.....	200
Caldeiras, cylindros, peças de machinismo, cujo peso não exceda a oito toneladas, mas seja superior a 4.....	500
Carruagens de quatro rodas não pesando mais de 1 1/2 toneladas.....	300
Carruagens com duas rodas pesando uma tonelada.....	240
Por cada 1/4 de tonelada adicional.....	300
Passageiros em carruagem particular pagarão como os de 2.ª classe.	

Prata, ouro, machinas, instrumentos, utensilios, mobilia e objectos analogos, bem como os volumes pequenos isolados, pagarão por ajuste particular; mas os preços ajustados deverão ser os mesmos para todo e qualquer expediente.

N.B. Esta tabella estabelece os preços maximos, e deve considerar-se como base, salvo uma melhor classificação que se possa fazer.

Paço das Necessidades, em 29 de maio de 1860. — Antonio de Serpa Pimentel — José Maria do Casal Ribeiro.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

Tendo sido lido na sessão do tribunal de justiça do dia 10 de maio proximo passado um officio do digno par conde de Terena, dando os fundamentos por que não podia comparecer ao tribunal, e tendo-se omitido o seu nome na relação respectiva, publicada com a sessão do mencionado dia no *Diario de Lisboa* do dia 28 do dito mez, se faz esta declaração para constar.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 1 de junho de 1860. — Diogo Augusto de Castro Constancio.

SECÇÃO DO CONTENTIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.^{mo} conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contentioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de hoje, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 14 do corrente mez de maio do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contentioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos de recrutamento abaixo relacionados:

Lei por bem dar provimento nos ditos recursos, a fim de que os respectivos mancebos fiquem isentos do serviço do exercito, por lhes aproveitar a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855; e no recurso n.º 357, por aproveitar ao recorrente, Antonio Leal, a disposição do n.º 4.º do citado artigo da lei do recrutamento.

Recurso n.º 213—recorrente, Gertrudes Maria, por seu filho Joaquim, da freguezia de Nossa Senhora da Assumpção de Colares, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 325—recorrente, Adão Luiz, por seu filho Vicente, da freguezia de Rio de Moura, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 337—recorrente, José Antonio, por seu filho João, da freguezia de S. João das Lampas, concelho

lei. A iniciativa de medidas d'esta ordem só compete ao governo.

Mas em quanto não chegamos á epocha de alcançar esta grande conquista em favor da agricultura, cumprir provêr de remedio ás instantes necessidades d'aquelle paiz; e as providencias mais salutaras que convem adoptar podem realmente resumir-se em duas capitais. Construção de estradas e aproveitamento de aguas de irrigação; estradas que ponham em contacto povoações que actualmente a tres ou quatro kilometros de distancia se acham na maior parte do anno incommunicaveis, estradas por onde se transportem os productos agricolas aos mercados, onde possam ter consumo, estradas que dêem valor á produção e que a desenvolvam por via do commercio interno; e o aproveitamento de aguas que nasceram nas serras, e que correm perdidas e abandonadas para o mar, podendo fertilizar grande extensão de terras que se acham inculcadas. Sobre estes dois pontos, ha de voltar a attenção do governo e da camara em occasião mais opportuna, que entenda ser quando se discutir o orçamento do estado.

O sr. *Arrobas*:—manda para a mesa um requerimento por parte da commissão do ultramar. Como está presente o sr. ministro do reino, deseja que o sr. presidente lhe diga se pôde agora fazer uso da palavra que ha dias tinha pedido para dirigir algumas perguntas a s. ex.ª

O sr. *Presidente*:—não é possível por isso que deu a hora para se passar á ordem do dia.

O sr. *Afonseca* (para um requerimento):—pede que a palavra lhe seja concedida para responder ao sr. Gonçalves de Freitas.

O sr. *Presidente*:—agora não é possível porque vae passar-se á ordem do dia.

O sr. *Afonseca*:—requer se consulte a camara se lhe concede a palavra.

Resolve-se negativamente.

O sr. *Luiz Albano*:—por parte da commissão de instrução publica, manda para a mesa um parecer da mesma.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI N.º 20

O sr. *Presidente*:—na ultima sessão foram mandadas para a mesa duas propostas: uma do sr. Chamigo e outra do sr. Lobo d'Avila; vão ler-se para se consultar a camara se as admittit á discussão.

A proposta do sr. Lobo d'Avila é a seguinte: «Requerio que se lance na acta a declaração do sr. ministro da fazenda, de que não tencionava fazer outra operação como a de Erlanger.»

Não é admittida á discussão por 82 votos contra 37.

O sr. *Presidente*:—agora vae ler-se a do sr. Chamigo, que é a seguinte:

«A camara, dando o seu voto de approvação ao bill de indemnidade que se discute, não o considera como justificação tacita do contrato Erlanger, cuja effectuação ella lamenta.»

É admittida á discussão.

O sr. *Carlos Bento* (sobre a ordem):—entende que n'esta questão a camara tem de votar dois bills de indemnidade: um pelo desvio que o sr. ministro fez de sommas que estavam applicadas para certas e determinadas despesas; e outro pelo levantamento de sommas para que não estava autorizado por lei; por tanto é necessario que a camara se pronuncie sobre isso, e para esse fim manda para a mesa a seguinte proposta:

«É approvada a applicação dada pelo governo ás despesas geraes do estado até ao dia 30 de novembro de 1859 da somma de 2.135.338\$199 réis, levantada com o fundamento das autorisações concedidas pelos artigos 4.º e 5.º da lei de 4 de junho de 1857, e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858, salvo porém o exame sobre a legalidade dos contratos effectuados para a realisação da sobredita somma.» O deputado, *Carlos Bento da Silva*.

O sr. *Presidente*:—a proposta do illustre deputado é uma verdadeira substituição ao artigo; e ainda que é uma questão completamente estranha ao que se está tratando, consulta a camara sobre se a admittit á discussão, para ser considerada, quando se tratar do artigo 1.º

É admittida.

O sr. *Lobo d'Avila* (sobre a ordem):—tem de mandar para a mesa uma moção de ordem, mas não pôde deixar de lastimar que depois do sr. ministro da fazenda ter discutido uma proposta que elle, orador, mandara para a mesa na ultima sessão, a camara tomasse a deliberação de a não admittir á discussão. Não pôde deixar de lastimar este facto; mas não emite juizo nenhum sobre elle, remette a sua apreciação para a consciencia dos srs. deputados, e para o juizo do publico. Houve uma infracção do regimento, discutindo-se uma proposta que não estava admittida á discussão, permitindo-se que o sr. ministro da fazenda se dirigisse por um modo offensivo ao auctor da proposta, fazendo injustiça ás suas intenções, desfigurando-as completamente, e depois não se admittit á discussão esta proposta para tapar a boca a quem tinha de fallar sobre ella!

O sr. *Presidente*:—é uma resolução da camara.

O orador:—apresentou a sua proposta no sentido de se lançar na acta a declaração que o sr. ministro tinha feito com referencia ao contrato Erlanger.

Crê que a camara ouviu dizer ao nobre ministro, em resposta ás considerações que lhe fez o sr. deputado Avila, lastimando que se tivesse feito esta operação, e perguntando a s. ex.ª se julgava necessario recorrer a um expediente d'esta ordem, «que não.»

O sr. *Thomás de Carvalho*:—pede o cumprimento do regimento.

O sr. *Presidente*:—o illustre deputado pediu a palavra sobre a ordem, e segundo o regimento devia começar por ler a sua moção; porém confia em que o illustre deputado não ha de abusar.

O orador:—não quer abusar, mas as considerações que estava fazendo têm relação com a sua moção, não será muito extenso, mas parece-lhe uma tyrannia exagerada, depois do sr. ministro ter fallado contra a sua proposta sem ter sido admittida á discussão, não se consentir que faça algumas observações; isto é realmente um acto de intolerancia que está abaixo de toda a critica.

O sr. *Thomás de Carvalho*:—pede novamente o cumprimento do regimento.

O sr. *Presidente*:—pede ao illustre deputado que leia a sua moção de ordem.

O orador:—não tem duvida em ler a sua moção de ordem, mas o que está dizendo é em defesa propria, e não offende a nenhum sr. deputado.

O intuito da sua proposta é para mostrar que não quer alterar as palavras, nem as intenções do sr. ministro da fazenda, e só deseja que s. ex.ª mande para a mesa a declaração que fez, redigida nos termos que entender convenientes, para ficar consignada na acta.

O sr. ministro declarou que não retirava as expressões que tinha apresentado; fazia completa justiça a s. ex.ª, mas esperava tambem que s. ex.ª lh'a fizesse, por quanto apresentando aquella proposta, o fizera por entender ter dito o sr. ministro que não tinha tencão de fazer outro contrato como o que fez com a casa Erlanger. Não sendo, pois, o seu intuito alterar em cousa alguma o sentido das palavras de s. ex.ª, manda para a mesa a urgente proposta:

«Requerio que o sr. ministro da fazenda seja con-

vidado a mandar, para ser lançada na acta, a declaração que fez a respeito da questão do emprestimo Erlanger.»

Não é admittida á discussão por 72 votos contra 44.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—não lhe cumpre qualificar as deliberações da camara, mas acata-las e respeitá-las.

A proposta, que, juntamente com o artigo 1.º do projecto que está submettido á deliberação da camara, foi apresentada na sessão ultima pelo sr. Chamigo, importa um voto de censura expresso, formal e positivo a um acto do governo.

O governo não desconhece o direito que tem qualquer deputado de formular um voto de censura; não o contesta nem pôde contestar, nem contesta nem pôde contestar á camara o direito que lhe pertence de avaliar e apreciar os seus actos; longo d'isso, o governo conhece bem as condições do systema representativo, e acata bastante a prerogativa parlamentar, para, longe do se recusar ao juizo da camara sobre qualquer assumpto da sua competencia, ou sobre qualquer acto que tenha praticado, o provocar e desejar. Não declina portanto a competencia do juizo, aceita-a, e para todos os effectos.

O assumpto tem sido longamente discutido, e crê que está a ponto de poder ser devidamente avaliado pela camara. O governo ha de aceitar o voto da camara, seja qual for. Se for favoravel ha de receber-lo como um testemunho de confiança, honroso para elle; se for contrario ha de conformar-se com elle e retirar-se, mas sem vergonha nem remorso, porque tem a consciencia de que geriu os negocios do estado conforme a sua intelligencia e as circumstancias lh'o permitiram, mas sempre no intuito dos interesses publicos. Pôde ter committido erros, porque isso está na natureza humana; mas fica com a consciencia tranquilla de que geriu com attenção aos interesses do paiz (apoia-dos).

Pouco dirá relativamente ao voto de censura, mas fará breves considerações para a camara poder avaliar bem as circumstancias em que se achou o governo sobre o assumpto a que se refere esse voto de censura.

Poucas vezes, talvez nenhuma, n'estes ultimos periodos uma administração se tem encontrado em tão graves e embaraçadas circumstancias financeiras, como as que se deram pouco depois de entrar na administração dos negocios publicos o ministerio actual. De um para outro dia, de um para outro momento, o governo recebia a noticia de que os nossos fundos tinham baixado na praça de Londres: de 46 a 39, e depois a 38, e a menos ainda. Os consolidados inglezes de 95 passaram a 89.

Estes factos não eram devidos ao nosso estado, mas ás circumstancias temerosas que se manifestavam na Europa.

Tinha-se declarado a guerra entre tres grandes potencias, guerra de tal ordem e tão amargurada, que se julgava poder comprometter a paz da Europa.

Todos sabem que o panico que se espalhou foi como não havia noticia ha muito tempo de outro igual, e o mal que d'ahi nos veio, nem a calamidade das molestias que assolaram o paiz, nem outra circumstancia alguma o produziram tamanho. Os acontecimentos politicos ameaçavam envolver a Europa inteira; e quando se diz que em junho, depois que o gabinete inglez tinha sido alterado, já se devia prever a prompta, rapida e favoravel cessação da crise, fazem-se arguições, o que é facil, mas desconhece-se a historia contemporanea (apoia-dos).

Ninguém ignora que o imperador dos francezes tinha declarado á Europa que desambinhava a espada para tornar a Italia livre desde os Alpes até ao Adriatico, e que depois, sem que o programma fosse completamente desempenhado, a França deu como motivo, que se a guerra continuasse, os seus caros interesses da Europa tinham de ser comprometidos. Esta é a historia contemporanea como todos a sabem, e está na memoria de todos (apoia-dos).

Estes eram os factos lá fóra. Vejamos agora o estado das cousas entre nós.

O governo tinha graves encargos, alem do deficit ordinario; estes encargos, como já provou, subiam proximo de 1.400.000\$000 réis. Não podia, nem devia parar com as obras publicas. Naquelle epocha não podia ter esperanças de que houvesse quem quizesse contratar em termos aceitaveis sobre as linhas ferreas, mas não podia deixar de continuar esse trabalho por conta do estado, fosse como fosse. Não podia parar o trabalho das estradas, nem deixar de pagar em dia aos funcionarios publicos e os juizes.

Que meios tinha o governo para satisfazer a tão graves necessidades? Podia achá-las no paiz? É mais facil dizê-lo agora, depois que as difficuldades passaram, do que resolver a questão n'aquelle occasião.

Os prestamistas, que eram muitos, porque a divida fluctuante contrahida sobre penhores, era muito grande, longe de se prestarem a novos emprestimos, corriam ao thesouro a pedir o pagamento dos seus creditos, e o governo não podia deixar de pagar-lhes, porque o seu dever era manter o credito. Que fez o governo? Veiu ao parlamento pedir autorisação para crear a somma dos titulos de divida publica que fossem precisos para augmentar os penhores aos prestamistas, se isso fosse necessario. Pediu esta autorisação sem limites definidos, e a opposição clamou contra isto. O governo recusou-se a aceitar limitação, e os factos vieram demonstrar que se recusou bem esta exigencia da opposição. O governo pediu essa larga autorisação para se armar com meios efficazes para occorrer a circumstancias extremas que se podessem dar n'aquelle occasião; mas por virtude d'essa autorisação nem um unico titulo foi emitido (apoia-dos).

Quando se censura uma parte da gerencia financeira, era preciso apreciar tambem estas circumstancias.

Foi em circumstancias como as que acaba de expor que o governo fez a operação a que se allude. Não reproduz o paralelo, que já apresentou á camara, entre esta operação e outra que se tinha feito em França pouco tempo antes, porque esse argumento ainda não foi contestado, e ainda se não provou nem pôde provar que fossem muito diversas as condições, calculado o valor dos fundos de um e outro paiz; mas fará referencia a outros factos que se não passaram em França, mas entre nós, relativos não a um grande emprestimo, mas a uma operação em pequena escala; refere-se ao emprestimo dos 600.000\$000 réis contrahido com o banco de Portugal.

E n'esta occasião deve repetir, que nunca encontrou da parte d'aquelle estabelecimento se não a melhor vontade em auxiliar o governo, sem nenhum espirito de politica, e com um desejo sincero de concorrer pela sua parte para a manutenção do credito publico, e auxiliar o governo. Todavia aquelle estabelecimento tinha outras obrigações a cumprir, e não podia ir mais longe do que os seus bem entendidos interesses, combinados com o zelo pela causa publica, lh'o permitiam.

O emprestimo, a que se refere, foi feito em 1859, sobre rendimentos atrasados, pelo sr. illustre antecessor no ministerio da fazenda, com o juro de 6½ por cento, e 1 por cento de commissão: isto foi em fevereiro de 1859, tempo de paz.

Apesar d'estas condições, o emprestimo não tinha podido ser tomado pelo publico; o banco tinha adiantado já, antes da sua entrada no ministerio, réis

100.000\$000, e mais tarde foi necessario modificar as condições d'este emprestimo, elevando o juro de 6½ a 7 por cento, conservando a mesma commissão e amortisação, e dando-se de penhor 1.500.000\$ réis de inscripções, quer dizer, o encargo d'esta operação era a principio de 7½ por cento, e depois foi de 8 por cento, sem contar a amortisação.

Vejamos agora o encargo do emprestimo Erlanger. A operação feita a 40 por cento, o encargo corresponde a 7½ por cento; mas para argumentar na hypothese mais desfavoravel para si, augmenta ainda os juros de um semestre, o 1.º de 1859. O emprestimo foi de 600.000 libras. Era preciso dotar logo a junta do credito publico com os juros de um semestre relativo á totalidade dos fundos emitidos; este juro importa em 22.500 libras, que o governo havia de receber de menos, ficando o capital a receber reduzido a 577.500 libras. As letras, suppondo que todo o emprestimo fosse recebido em letras a tres mezes, que era o maximo do prazo, o desconto das letras sobre a totalidade, a razão de 2½ por cento ao anno, e assevera á camara que a media não excederia a esta taxa, eram 3.750 libras; ficando, portanto, reduzido o liquido da operação a 573.750 libras.

O encargo de 1.500.000 libras, total da emissão, é de 45.000 libras; isto corresponde em relação ao capital liquido de 573.750 libras a 7½ por cento, argumentando na hypothese mais desfavoravel para o governo; quer dizer, ainda é menor do que o encargo do emprestimo de 600.000\$000 réis, pequena operação que tinha sido contrahida no paiz sobre um penhor forte, e que alem d'isso tinha uma larga amortisação.

E d'esta maneira, e em relação ao momento e ás circumstancias que se deram na epocha em que o governo contrahiu, que deve ser julgada a operação, e não em relação a circumstancias, felizmente muito mais favoraveis para nós, como já disse na ultima sessão, porque não precisa nem costuma retirar as expressões que uma vez proferiu n'esta casa; sustenta todas como foram ditas, e não retira nem expressões, nem frases, nem o sentido, nem o intuito, nem a intonação. É em relação a aquellas circumstancias, e não ás actuaes, que se deve avaliar aquella operação; nas circumstancias actuaes, sendo muito mais favoraveis do que eram, o governo não julga dever fazer uma operação por este preço; mas em circumstancias como aquellas fez essa operação, e faria outra menos favoravel se não podesse realisar aquella, porque entende que o primeiro dos seus deveres era não fazer parar os trabalhos publicos, sustentar a ordem publica, satisfazer os pagamentos pontualmente aos empregados e aos credores do estado; havia de fazer o melhor que podesse, mas havia de fazer sempre (apoia-dos).

E d'esta maneira que encara a questão, e sem entrar em mais desenvolvimento, porque este tem sido o ponto que mais se tem tratado, não tem a repetir senão que o governo aceita e provoca a sentença do parlamento sobre os seus actos. (Vozes:—muito bem.)

O sr. *Chamigo*:—estima encontrar na defeza que o sr. ministro acaba de fazer, a confirmação da opportunidade da sua moção, e das razões que o levaram a apresentá-la.

O contrato Erlanger, que tem estado em discussão, é uma parte do projecto acerca da qual não pôde deixar de se pronunciar contra. Está prompto a conceder o bill de indemnidade ao governo pelo desvio de fundos, mas a respeito do contrato Erlanger por modo algum lh'o pôde votar.

Considera aquelle contrato inefficaz, illegal, oneroso, lesivo e compromettedor do credito publico, e passa a apresentar as razões que tem para assim o considerar.

É inefficaz porque, se as circumstancias eram taes como o sr. ministro disse, se eram tão urgentes que o obrigavam a levantar dinheiro por todos os modos e com infracção manifesta da lei, o contrato não podia realisar as previsões do sr. ministro, porque o contrahido sem perder um real, logo depois de effectuada a primeira entrega, estava a coberto do seu deposito, e não era obrigado a entregar o resto dos fundos. E a demonstração é facil de fazer.

O contrahido até ao 1.º de outubro de 1859 entregava á agencia financeira letras a praso de tres mezes por libras 120.000, e recebia bonds por libras 300.000 com o coupon de dividendo, vencendo desde o 1.º de janeiro de 1859, das quaes deslignava o coupon do semestre, igual a libras.... 4.500 e realisava os titulos pelo preço do mercado (excluido o semestre vencido) ao minimo 43 por cento (43½) libras..... 129.000

Libras..... 133.500

Tinha por consequencia coberto o deposito de libras..... 12.000

Abatida a primeira prestação de libras..... 2.400 9.600

e o capital das letras accitadas..... 120.000

Libras..... 129.600

e com um lucro de libras 3.900 rescindiu o contrato, e a operação nem ao menos realisava a previsão do ministro, que firmava n'ella as esperanças de ter suprido ás precisões que dimanassem das despesas correntes no espaço de doze mezes.

O contrato é tambem illegal, porque a lei de 5 de junho de 1856 limitava o encargo do emprestimo a 7½ por cento, e este não teve unicamente este encargo; e ainda é illegal, porque o sr. ministro não estava autorizado a estabelecer a condição 5.ª, pela qual o governo se obriga a não contrahir qualquer outro emprestimo por meio de titulos de divida fundada, durante um anno, a contar da data do contrato, sem ser de accordo com o contrahido.

Em que lei se fundou s. ex.ª para assim manietar a liberdade de qualquer administração que lhe succedesse, de negociar fundos na praça de Londres se lhe conviesse, por outra qualquer via? Ufana-se de ter apresentado a proposta, porque com ella protesta contra a illegalidade do contrato.

Igualmente o contrato é promotor do descredito publico. O sr. ministro asseverou que desejava sustentar o credito da divida publica portugueza na praça de Londres. Mas que conceito pôde merecer a nossa administração financeira fóra do paiz quando se fazem contratos d'esta ordem? Não quer offender as intenções do sr. ministro, avalia o facto que depõe tristemente contra a nossa administração financeira.

Estava fóra do paiz na occasião em que se fez esta operação, e quando viu que tinha sido agenciado com um titulo o negociador d'este emprestimo, julgou que se teria feito um grande serviço ao paiz; hoje deplora que assim se tenha provado á Europa como no nosso paiz se avaliavam os contratos financeiros. E vem a proposito indicar um facto que apresenta um contraste com este. Na epocha em que os estabelecimentos monetarios do paiz, feridos pelas medidas financeiras adoptadas pela administração de então, e que todas tenderam a rebaixar o credito publico, se recusavam a fazer adiantamentos ao governo para obras publicas, e mesmo para outros misteres, n'essa epocha o sr. ministro da fazenda foi ao Porto, e invocando o patriotismo dos portuezes obteve que alguns cidadãos amantes do seu paiz fossem de porta em porta solicitar um emprestimo para estradas no Minho; e conseguindo-se o fim que se desejava, foi agenciado com um titulo o primeiro e mais energico promotor d'es-

se emprestimo, o sr. Manuel Clamouse Brown, cuja perda deplora como uma perda nacional (apoia-dos), mas elle julgou do seu dever recusá-lo, porque receio que se suscitasse que fóra o mesquinho interesse, e não puro patriotismo, em promover a realisação d'aquelle contrato. Limita-se a apresentar o contraste!

A requerimento do sr. Pinto Martins julga-se discutida a materia.

O sr. *Nogueira Soares*:—requer que seja nominal a votação sobre a moção do sr. Chamigo.

A camara assim o decide.

O sr. *Pinto Coelho*:—requer que antes da votação da moção do sr. Chamigo, se vote sobre o bill de indemnidade, porque a proposta fica prejudicada se a camara não conceder o bill de indemnidade (apoia-dos).

Consultada a camara sobre se se deve votar antes sobre o artigo 1.º do projecto, decide affirmativamente.

O sr. *Carlos Bento*:—requer que se vote o artigo dividido em duas partes, propondo-se primeiro a que approva a applicação ás sommas desviadas, e depois a seguinte.

A camara decide que o artigo 1.º seja posto á votação, dividido em duas partes.

É approvada a primeira parte.

Sobre a segunda requer o sr. Carlos Bento que a votação seja nominal.

A camara decide affirmativamente.

Feita a chamada dizem *approvo* os srs. Cancellia, Balduino, Lacerda (Antonio), Antonio de Carvalho, Correia Caldeira, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Barros e Sá, Couto Monteiro, Pinheiro Osorio, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Sampaio, Lessa, Telles de Vasconcellos, Pinto Carneiro, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, Barão das Lages, Freitas Soares, Abranches, Castro Ferrerri, Cyrillo Machado, Ramiro Coutinho, Conde da Torre, Cypriano da Costa, Eduardo Cunha, Mousinho de Albuquerque, Bivar, Francisco Costa, Costa Lobo, Pinto Tavares, Batalha, Soares Franco, Posser, Magalhães Lacerda, Pereira de Carvalho de Abreu, Palma, Silva Andrade, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Sousa Machado, Mamede, Nenteil, Pinto de Magalhães, Encarnação Coelho, José Esteves, Guilherme Pacheco, Figueiredo de Faria, Feijó, Chripiano da Fonseca, J. M. de Abreu, D. José de Lacerda, José Horta, Nogueira, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Abaim, Luiz Albano, Camara Leme, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares, Sampaio Junior, Penetra, Azevedo Pinto, Marianno, Pinto Martins, Jacome Correia, Pedro Roberto, Charters, D. Rodrigo, Moraes Soares, Nogueira Soares, Pinto da França, Thiago Horta, Thomás de Carvalho, Visconde de Pindella, Ferraz de Miranda, Mello Gouveia e Bartholomeu dos Martyres.

E dizem *rejeito* os srs. Braamcamp, Alves Martins, Azevedo e Cunha, Eleuterio Dias, Henriques Secco, Arrobas, Pequito, Pinto de Albuquerque, Vaz da Fonseca, Aristides, Xavier da Silva, Garcez, Carlos Bento, Pinto Coelho, Claudio J. Nunes, Rebello de Carvalho, Faustino da Gama, Coelho do Amaral, Biendo Correia, Chamigo, Gomes de Castro, Almeida Pessanha, Castro e Portugal, Aragão, Faria Guimarães, Lobo d'Avila, Maia, Sousa Pinto Basto, Alves Chaves, Costa e Silva, Frazão, Rocha Peixoto, Placido de Abreu, Menezes Pitta, Simão M. de Almeida, Ferrer, Blanc (Viriato), e Visconde de Portocarrero.

Fica portanto approvado por 82 votos contra 38. O sr. *Xavier da Silva*:—requer que a votação sobre a outra proposta tenha logar quando se votar o artigo 3.º

Consultada a camara resolve negativamente.

Lê-se na mesa a proposta.

O sr. *Claudio J. Nunes*:—requer que a proposta se divida em duas partes, sendo a primeira até a palavra Erlanger, e a segunda o resto.

Consultada a camara resolve negativamente.

Pondo-se a proposta á votação dizem *approvo* os srs. Braamcamp, Alves Martins, Azevedo e Cunha, Eleuterio Dias, Henriques Secco, Pequito, Pinto de Albuquerque, Vaz da Fonseca, Xavier da Silva, Garcez, Carlos Bento, Rebello de Carvalho, Coelho do Amaral, Biendo Correia, Chamigo, Gomes de Castro, Almeida Pessanha, Castro Portugal, Aragão, Faria Guimarães, Lobo d'Avila, Sousa Pinto Basto, Alves Chaves, Costa e Silva, Frazão, Rocha Peixoto, Placido de Abreu, Menezes Pitta, e Ferrer.

E dizem *rejeito* os srs. Cancellia, Balduino, Lacerda (Antonio), Antonio de Carvalho, Correia Caldeira, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Barros e Sá, Couto Monteiro, Pinheiro Osorio, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Sampaio, Lessa, Telles de Vasconcellos, Pinto Carneiro, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, Barão das Lages, Freitas Soares, Abranches, Castro Ferrerri, Cyrillo Machado, Ramiro Coutinho, Pinto Coelho, Claudio J. Nunes, conde da Torre, Cypriano da Costa, Eduardo Cunha, Mousinho de Albuquerque, Bivar, Francisco Costa, Costa Lobo, Pinto Tavares, Batalha, Soares Franco, Posser, Magalhães Lacerda, Pereira de Carvalho de Abreu, Palma, Silva Andrade, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Sousa Machado, Mamede, Nenteil, Pinto de Magalhães, Encarnação Coelho, José Esteves, Guilherme Pacheco, Figueiredo de Faria, Feijó, Chripiano da Fonseca, J. M. de Abreu, D. José de Lacerda, José Horta, Nogueira, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Abaim, Luiz Albano, Camara Leme, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares, Sampaio Junior, Penetra, Azevedo Pinto, Marianno de Sousa, marquez de Sousa Holstein, Pinto Martins, Jacome Correia, Pedro Roberto, Charters, D. Rodrigo, Moraes Soares, Nogueira Soares, Pinto da França, Thiago Horta, Thomás de Carvalho, visconde de Pindella, Ferraz de Miranda, Mello Gouveia, e Bartholomeu dos Martyres.

Fica portanto rejeitada a proposta por 86 votos contra 29.

O sr. *Barão das Lages*:—requer que os artigos restantes do projecto se discutam juntamente.

O sr. *Pinto Coelho*:—manda para a mesa uma declaração de voto, que fica para se lançar na acta de amanhã.

O requerimento do sr. Barão das Lages é approvado.

O sr. *Visconde de Pindella*:—requer que se prorogue a sessão até se concluir a discussão e votação do projecto de que a camara se tem occupado.

É approvado.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—lembra a conveniencia de entrar juntamente com os artigos em discussão uma proposta que havia apresentado n'uma das sessões precedentese, na qual se propõe a eliminação das palavras, «e bem assim dos que ainda possam ser emitidos dentro dos limites fixados na obrigação geral approvada pelo decreto de 22 de junho de 1859, que vem no fim do artigo 2.º»

E manda tambem uma outra proposta para a eliminação do § unico d'este artigo, visto não ser necessaria a autorisação que ahí se pede.

A proposta é a seguinte:

«Propoño a eliminação do § unico do artigo 2.º»

É admittida, e fica tambem em discussão.

O sr. *Chamigo* (sobre a ordem):—manda para a mesa um additamento ao n.º 1.º do artigo 2.º

É o seguinte:

1.º Ao pagamento do saldo em divida em 30 de

novembro de 1859 á construção do lazareto e melhoramentos da capital votados pela lei de 14 de agosto de 1858, na importancia de 302.891\$300 réis.

«Chamigo.»

É admittido, e fica tambem em discussão.

O sr. *Carlos Bento*:—ainda é de opinião, apesar da votação da camara sobre a proposta do sr. Chamigo, que a operação de que se trata, não fóra uma operação util nem conveniente, nem suppunha que ninguém tivesse grande prazer com essa operação, e pela sua parte, pede perdão á camara da sua insistencia, mas ainda continua a lamentar que tal operação tivesse tido logar, e lamenta que o sr. ministro não tivesse dito uma unica palavra a respeito de uma proposta que elle, orador, havia mandado para a mesa.

O sr. *Soares Franco*:—não lhe tendo chegado a palavra na generalidade do projecto que se discute, restringir-se-ha á especialidade, mas antes de entrar na analyse do assumpto sobre o qual pediu principalmente a palavra, permita-se-lhe fazer algumas observações acerca de um topico que reputa interessantissimo, e para o qual chama a attenção da camara e do governo, porque entende que os homens publicos se devem explicar franca e categoricamente. Todos sabem que existe um deficit que de longa data se tem accumulado, e que não ha nem pôde haver governo possivel n'esta terra, sem estar constantemente a recorrer ao bill de indemnidade; porque a camara e o paiz sabe de antemão que a receita não chega para a despeza, e por consequencia a ordem do dia é distrahir os fundos que tem applicação determinada por lei, o que é falsear o systema constitucional; verdade é que se grita, discutamos o orçamento, é esta sempre a linguagem que tem ouvido n'esta casa, é o grito de guerra da opposição, com quanto a experiencia lhe tenha mostrado a insufficiencia d'este meio para equilibrar a receita com a despeza (apoia-dos). Tambem faz votos para que se discuta o orçamento, mas tem a convicção, de que em logar de se diminuir alguma verba, ha de augmentar-se, porque se é possível fazer-se alguma redução é quasi insignificante, porque nós estamos carregando com o resultado das guerras civis, e não é possível deixar de pagar aos officiaes que tomaram parte nas lutas civis, qualquer que fosse o campo em que militaram. Para elle, orador, todos são portuezes, e a todos se deve fazer justiça; tem sido sempre esta a sua opinião, e por isso a apresenta lealmente, porque assim é que entende a liberdade. Mas ha outros serviços publicos que é necessario desenvolver, como é a marinha, sem a qual não é possível conservar o resto da rica herança que nos legaram nossos antepassados (apoia-dos). Pôde-se portanto afirmar que precisamos votar grandes sommas para construções navaes, porque as provincias ultramarinas estão abandonadas, como acontece com Mocambique, onde precisamos ter uma estação adequada áquella localidade, a fim de evitar o contrabando immenso que se está fazendo por mais de sessenta piazas, de que resulta uma grande perda para as nossas alfândegas. Isto vem da falta de força maritima, sem a qual não pôde nenhum governo fazer respeitar a nossa bandeira; desde o Amazonas ao Rio da Prata, não temos um unico vaso de guerra, apesar de ser sempre reclamado, e que tanta falta faz principalmente pelas questões dos colonos, a que chamará escravidão branca.

Já vê portanto a camara que ha de haver augmento de despeza: não temos officiaes para tripular os poucos vasos que possuímos, e se o governo não tratar com a maior seriedade d'este objecto, alargando os quadros, e convidando, por meio de vantagens que é necessario fazer, a que as familias poderosas mandem seus filhos servir n'esta arma, que é a primeira de Portugal, paiz essencialmente maritimo, temo-nos de recorrer aos officiaes da praça, onde tambem não ha abundancia, isto é muito facil de prever; os manobres estudiosos vendo que não tem acesso nem vencimentos correspondentes, aos que todas as na

que esta parte do orçamento devia ter outra classificação, a fim de que o legislador sem ser homem técnico ou profissional, possa de um golpe de vista ver quanto se pede para reparos e entretenimento dos navios existentes, quanto para reconstrução ou grandes fabricos, e quanto para construções novas. D'esta maneira vê-se mais claramente todo o processo, e faz-se uma ideia clara de que ha a dispende e de que produz; concluirá portanto que todos os governos terão de recorrer ao *bill* de indemnidade, em quanto não resolvermos a questão financeira (apoiados).

Agora tratará dos navios mandados construir pelo nobre visconde de Sá, e sustentará que não custaram mais dos 800.000\$000 réis que as camaras votaram, com quanto na sessão de 30 de maio de 1857, a camara toda apoiasse o digno visconde, quando disse, que se fosse necessario dispende mais 20 ou 30.000 libras nenhuma duvida teria em as vir pedir. A camara vê pela mappa annexo ao projecto que se discute, que o augmento de despeza provem dos mantimentos sobrecentes, artilheria e armamentos, despezas com os engenheiros e mandadores, que foram não só instruídos, vindo as construções em larga escala, mas para vigiar os navios em obra, e que o material fosse da primeira qualidade. Não tem portanto duvida alguma em votar a differença que se apresenta.

Agora vae sustentar e provar com documentos officiaes, que os navios ficaram mais baratos do que os que o governo inglez mandou construir por sua conta. Já o tinha affirmado lord Clarence no parlamento inglez, em sessão de 12 de março. Dos documentos officiaes consta, que uma corveta ingleza de 1.466 toneladas, 21 peças, o casco. libras 39.430 mastreição, aparelho, velame, tanques de ferro para aguada. 7.420 machina e pertences. 26.060

a Estephania, 1.524 toneladas, casco e mastreição. 34.866 machina e pertences. 18.625

72.910

61.989

Já se vê portanto que a nossa corveta, apesar de ser maior, é mais barata 19.419 libras, e com quanto a corveta *Bartholomeu Dias* ficasse mais cara que a *Estephania*, ainda custou menos 10.921 libras, apesar de ter sido mais cara, porque foi necessario lançar mão d'este navio, quando estava quasi acabado, para ir buscar a Rainha de saudissima memoria a Senhora D. Estephania. Regulou portanto a tonelada nos navios feitos em Inglaterra de 26 a 27 libras, quando o nosso brigue *Pedro Nunes* custou a 40 libras por tonelada; tem 486 toneladas, e dispendeu-se 19.440 libras. A escuna *Angra* ainda custou mais cara, e não deve admirar porque nos arsenaes do estado as obras ficam sempre mais dispendiosas; alem de que, havendo muitos annos que se não construia no nosso arsenal, as obras haviam de ser feitas por tentativa, e por consequencia mais morosas. Agora observa-se o contrario na construção da corveta *Sá da Bandeira*, que não consta que no arsenal houvesse tanta actividade como se emprega n'este vaso, e deve portanto ficar mais barata, e em dois annos acabada.

Na secretaria da marinha existim os documentos, pelos quaes se prova que os navios mandados fazer em Inglaterra pelas nações estrangeiras, ficaram igualmente mais caros que os nossos.

Pela nota dada pela associação dos loids, os nossos navios são classificados de primeira qualidade, e pelo relatório que possuímos da mestrança, toda a madeira desde a quilha é excellente. Em quanto ás suas qualidades nauticas são também magnificas, e tem presente um trabalho do nosso distincto official o sr. Mattos Correia, lente da escola naval, em que tendo calculado o andamento dos nossos navios, comparado com as experiencias feitas em vinte e dois navios da marinha britannica, com o fim de se conhecer o aproveitamento da acção das machinas, e applicando as formulas, achou que o *Bartholomeu Dias* devia ter de velocidade a vapor 10^m 4, *Sagres* 10^m 3, *Estephania* 9^m 2, *Maria Anna* 6^m 4.

Os tres primeiros navios andam mais do que isto em circumstancias favoraveis. Já se vê, portanto, que preenchem todas as condições, e que os navios são muito diferentes do que por ali se tem dito, porque ha quem tenha affirmado que foi dinheiro que se deitou á rua.

Não podia deixar de restabelecer os factos do alto da tribuna com os documentos officiaes, desdando que todos os ministros que mandam fazer obras fora sejam tão minuciosos como foi o illustre visconde de Sá, a quem a marinha tanto quer e respeita, pelo desejo que s. ex.^a tinha de a tirar do estado de abatimento em que a encontrou (*muitos apoiados*).

O sr. Couto Monteiro:—manda para a mesa um parecer da commissão de administração publica.

Manda-se imprimir.

O sr. Presidente:—a inscripção está concluida; e por isso vae votar-se.

A eliminação da ultima parte do artigo 2.^o, proposta pelo sr. ministro da fazenda, é approvada.

A parte restante d'este mesmo artigo, é approvada.

Os n.^{os} 1.^o, 2.^o e 3.^o, são approvados.

O additamento proposto pelo sr. Chamieço ao n.^o 1.^o, é rejeitado.

A eliminação do § unico do artigo 2.^o, proposta pelo sr. ministro da fazenda, é approvada.

Os artigos 3.^o, 4.^o e 5.^o, são approvados.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—pediu a palavra, para que ficasse bem constado o pensamento porque o governo não accitou o additamento proposto pelo sr. Chamieço: não fora porque rejeitasse a ideia, mas por a julgar inutil, visto que já estava consignada no artigo 2.^o pela maneira porque este estava redigido. A lei de 14 de agosto de 1858, que autorizou o governo a contratar um empréstimo de 1.800.000\$000 réis, determinou, que fossem applicados 1.000.000\$000 réis para estradas, e 800.000\$000 réis para os melhoramentos da capital e outras obras, e n'estas entrava a construção do lazareto; e n'este sentido, dos 800.000\$000 réis tem sido postas á disposição do ministerio das obras publicas diversas sommas para as obras do lazareto.

Portanto, referendo-se o artigo 2.^o á lei de 14 de agosto, é claro que se refere a todas as obras a que aquella lei se refere, entrando o melhoramento do lazareto. É n'este sentido que o governo tem entendido a lei de 14 de agosto de 1858, e entende a disposição do artigo 2.^o do projecto que acaba de ser votado. Foi por isto que o governo não accitou o additamento do illustre deputado, e não porque se quizesse recusar a continuar n'aquella obra, da qual a grande utilidade é de todos reconhecida (*apoiados*).

O sr. Thiago Horta:—visto que a hora está bastante adiantada, e não ha tempo de se entrar na discussão de algum outro projecto importante, e como está persuadido de que o projecto n.^o 25 não offerecerá grande discussão, requer por isso que se entre desde já na discussão d'este projecto.

Assim se resolve.

É o seguinte:

Senhores.—A commissão de guerra foi presente a proposta do sr. deputado Antonio de Azevedo e Cunha, em que renovou a iniciativa do projecto que apresentára em sessão de 29 de novembro de 1858, e sobre o qual recai o parecer n.^o 63, de 10 de

fevereiro de 1859, em que se regulavam os vencimentos dos officiaes do exercito sem accesso.

A vossa commissão, tendo examinado com a maior attenção este negocio, e conformando-se inteiramente com o parecer da commissão sua antecessora, entende deve-lo adoptar, e passa a transcreve-lo, para o submeter á vossa illustrada consideração:

«A commissão de guerra examinou com a devida attenção o projecto de lei apresentado pelo sr. deputado Antonio de Azevedo e Cunha com relação á tarifa, pela qual devem ser abonados os soldados officiaes militares sem accesso e reformados. A mesma commissão foram presentes os requerimentos de muitos officiaes, que pedem a approvação d'aquelle projecto, ou se referem ao mesmo.

«Passando a expor a sua opinião sobre o assumpto, a vossa commissão entende dever declarar desde já que sujeita a resolução que propõe á condição imprestivel de não augmentar a despeza publica, fazendo ao mesmo tempo terminas as desigualdades, sempre nocivas, que se observam actualmente na maneira de remunerar estas classes benemeritas de servidores do estado.

«O alvará de 16 de dezembro de 1790 não estabeleceu differença de tarifa para os officiaes reformados. O official que passava aquella situação recebia o soldo da patente immediata, ou da sua patente ou de uma parte d'este, conforme o numero de annos de serviço, mas regulados taes vencimentos pela mesma tarifa que se applicava aos officiaes effectivos do exercito.

«A portaria de 13 de setembro de 1814, reconhecendo a necessidade de augmentar os vencimentos aos officiaes do exercito, não comprehendu n'esta benefica disposição as classes de officiaes inactivos. O decreto de 19 de janeiro de 1827 determinou que os militares inteiramente impossibilitados de servir por causa de ferimentos recebidos na luta que então se travava percebessem os seus soldos pela tarifa de paz. O decreto do 1.^o de outubro de 1832 mandou que ficassem em pleno vigor aquellas disposições, em quanto durassem as campanhas então existentes.

«Alguns officiaes, apesar de terem sido gravemente feridos em combate, tendo-lhes sido conferidas as suas reformas, annos depois de terminadas as lutas, só obtiveram o serem abonados de soldo pela tarifa de 1790. Diversos requerimentos tem sido presentes ás cortes sobre estes assumptos, e alguns officiaes já obtiveram a melhoria do soldo que reclamavam, passando a serem abonados pela tarifa de 1814.

«Os tenentes generaes são sempre abonados, seja qual for a posição em que se acharem, pela mesma tarifa. Os marechaes de campo e brigadeiros já obtiveram leis especiaes para o mesmo fim.

«Acontece pois que na mesma classe de officiaes os vencimentos são diversos, e em muitos casos essa differença não é justificada pelas circumstancias especiaes de cada um, por quanto grande numero de officiaes com muitos serviços, e até com ferimentos, estão recebendo os seus soldos pela tarifa mais pequena.

«Parece á commissão que um tal estado de cousas deve acabar, estabelecendo-se uma unica tarifa para estas classes; determinando-se que sejam abonados de soldo pela tarifa de 1814 todos os officiaes que de ora ávante passarem a veteranos, forem reformados, addidos a veteranos, collocados em praças ou fortificações de segunda ordem, e finalmente todos aquellos a quem for dada uma posição inactiva permanente, e da qual não possam mais voltar á effectividade ou posição de accesso.

«Pelo que respeita aos officiaes que já se acham nas mencionadas posições de inactividade, e recebem pela tarifa de 1790, não sendo possível augmentar-lhes os vencimentos desde já, sem gravame para o thesouro publico, entende a commissão que se applique para taes augmentos a quarta parte das economias provenientes da mortandade n'esta classe, e que pela lei de 15 de julho de 1857 são mandadas applicar ao pagamento dos soldos dos novos reformados.

«Por esta forma julga a commissão, de accordo com a opinião do sr. ministro da guerra, poder resolver-se esta questão, e obter-se pelo modo possível o fim que tem em vista o auctor do projecto; e n'esta conformidade tem a honra de vos apresentar o seguinte

PROJECTO DE LEI

«Artigo 1.^o Todos os officiaes que da data d'esta lei em diante forem passados a veteranos, reformados e addidos a veteranos, collocados em praças ou fortificações de segunda ordem, ou finalmente em posições inactivas, das quaes não possam voltar á effectividade ou posição de accesso, serão abonados dos respectivos soldos pela tarifa de 1814.

«Art. 2.^o Os officiaes que actualmente se acham collocados nas posições a que se refere o artigo antecedente, e que são abonados pela tarifa de 1790, passarão a receber os seus soldos pela tarifa de 1814, applicando-se para este effeito a quarta parte das economias provenientes das mortandades nas mesmas classes, e que actualmente é applicada ao pagamento dos soldos de novos reformados, observando-se para effectuar aquellas passagens as seguintes regras:

«1.^a A passagem será feita por classes a contar de alferes.

«2.^a Preferirão na mesma classe os que tenham recebido ferimentos em combate, seguindo-se a estes os que tenham maior antiguidade de situação inactiva.

«Art. 3.^o As disposições dos artigos antecedentes serão applicaveis aos officiaes não combatentes, ou a quaesquer empregados civis, com gradação militar, a quem por lei pertencam ou venham a pertencer as posições de que se trata.

«Art. 4.^o Fica revogada a legislação em contrario.

Sala da commissão de guerra, 23 de abril de 1860. Augusto Xavier Palmeirim, presidente—Antonio José de Barros e Sá—Carlos Brandão de Castro Ferrer—Joaquim Mendes Neut—Salvador de Oliveira Pinto da França—D. Luiz da Camara Leme—Thiago Augusto Velloso de Horta—Antonio Augusto Correia de Lacerda—Carlos Cyrillo Machado, relator.

O sr. Bivar:—manda para a mesa o parecer da commissão especial de moeda falsa.

Manda-se imprimir.

O sr. Presidente:—está em discussão o projecto n.^o 25 na sua generalidade.

O sr. Justino de Freitas:—ainda que a commissão inculque que não ha augmento de despeza com a approvação d'este projecto, é todavia certo que effectivamente esse augmento tem lugar, e para o mostrar basta notar, que se manda abonar o soldo aos officiaes de que trata o mesmo projecto pela tarifa de 1814, que é superior á tarifa de 1790. Portanto, isto importando um augmento de ordenado, importa necessariamente um augmento de despeza, e não lhe parece que na occasião em que se está a pedir tributos ao povo; quando a opposição embarga que as medidas propostas n'este sentido vão por diante; quando se sustenta que se podem fazer economias, não lhe parece que seja opportuna a apresentação d'este projecto; e se o augmento da despeza não tem lugar desde já, ha de necessariamente te-lo para o futuro. N'estas circumstancias, e pelas considerações que apresenta, propõe o additamento do projecto n.^o 25.

O sr. Thiago Horta:—graças a Deus que já se falla em nome das economias! Estima isso muito;

mas é notavel que isto viesse n'esta occasião, e em relação a um projecto, do qual a justiça e necessidade não pôde deixar de ser reconhecida (*apoiados*).

O discurso e o additamento proposto pelo precedente orador é todo baseado em se querer oppor ao augmento da despeza; mas s. ex.^a, partindo d'este ponto para atacar o projecto, seria muito bom que tivesse mostrado que o projecto trazia augmento de despeza.

Quando a commissão declara que sujeita a approvação do projecto á condição imprestivel de não haver augmento de despeza, quando diz que effectivamente o não ha, é de certo um pouco aventureiro vir dizer-se que ha augmento de despeza.

Ha uma verba fixada no orçamento para as reformas, e todas as reformas que se fizerem hão de esperar sempre cabimento dentro da verba votada. É verdade que haverá de futuro mais alguma demora no cabimento, mas os officiaes reformados antes querem sujeitar-se a esse pequeno sacrificio, do que continuarem a receber os seus soldos por uma tarifa que não está em relação com o que se estabelece depois de 1790 para cá a respeito dos soldos dos officiaes do exercito. E demais é preciso notar que ha actualmente alguns officiaes reformados recebendo pela tarifa de 1814, em virtude de disposições especiaes que para isso se têm votado, e outros que estando nas mesmas circumstancias, acham-se recebendo pela tarifa de 1790. Esta desigualdade é que os poderes publicos não devem consentir que continue; e o projecto tende a acabar com essa desigualdade, sem augmentar a despeza do thesouro. N'estas circumstancias entende que o projecto deve discutir-se, e espera que a camara o approvára (*apoiados*).

O sr. Placido de Abreu:—requer que se prorogue a sessão até se votar o projecto.

Verifica-se não haver numero na sala.

O sr. Presidente:—declara que continuará a discussão de projecto n.^o 25 em occasião opportuna; e dando para ordem do dia de amanhã a continuação da que já estava designada anteriormente, principiando-se pelo projecto n.^o 45 acerca da contribuição industrial, levanta a sessão.—*Eram quatro horas da tarde.*

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 1 de junho, estiveram presentes á chamada um quarto depois do meio dia

Cancellia, Moraes Carvalho, Braamecamp, Alves Martins, Lacerda (Antonio), Antonio de Carvalho, Antonio Eleuterio, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Barros e Sá, Henriques Secco, Couto Monteiro, Pequeto, Fonseca Osorio, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Aristides, Palmeirim, Zefirino Rodrigues, barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Abranches, Carlos Bento, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, Ramiro Coutinho, conde da Torre, Rebelo de Carvalho, Cypriano da Costa, Eduardo da Cunha, Faustino da Gama, Mousinho de Albuquerque, Bivar, F. Pinto Tavares, R. Baltha, Soares Franco, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Hermenegildo Blanc, Palma, Jacinto da Silva Andrade, Mártens Ferrão, Ferraz de Miranda, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Sousa Machado, Mamede, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Infante Sepúlveda, Encarnação Coelho, José Esteves, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Chrispiano da Fonseca, Alarcão, J. M. de Abreu, Casal Ribeiro, Lacerda (D. José), J. M. da Costa e Silva, Frazão, Ponte e Horta, Mello Gouveia, J. Pedro Antonio Nogueira, Julio do Carvalho, Abom, Luiz Albano, Camara Leme, Mendes de Vasconcellos, L. Pinto Tavares, Teixeira de Sampaio, Affonseca, Seixas Penetra, Azevedo Pinto, Mariano de Sousa Feio, Pedro Roberto, Placido de Abreu, Roberto Charters, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Pinto da França, Simão de Almeida, Thiago Horta, Ferrer, visconde de Pindella, visconde de Portocarrero.

Projecto de lei propondo a desamortisação dos bens na posse de corporações de mão morta, apresentado pelo sr. deputado Garvão, em sessão de 23 de maio.

Senhores.—Nada floresce nem fructifica senão ao sol da liberdade, e a terra entre nós está em grande parte escravizada.

A inalienabilidade da terra não deixa livre a vocação, sem a qual não ha liberdade n'um paiz; impede a, tão útil, fixação dos capitães na terra, e o augmento da população agricola (e os lavradores são os nervos do estado); obsta a que a terra passe de mãos, que não podem, não sabem, ou não querem melhor-la, e tirar d'ella o maximo proveito, para as de quem sabe, quer, e pôde fazer-lo; afugenta da lavoura os capitalistas, porque não permite que a terra lhes dê a garantia, que pôde e ha de dar, quando desamortizada e livre.

É uma verdade incontestavel que a terra deve ser propriedade particular, e não estar na administração de corporações, que não têm interesse immediato em tirar d'ella todo o proveito.

Aos poderes publicos cumpre firmar a liberdade, e facilitar a aquisição de fundos territoriais a quem quizer destinar á industria agricola sua intelligencia, trabalho, tempo e capital.

Os titulos de divida publica são uma das mais seguras propriedades. Os donos d'estes titulos são senhores da renda do estado, que se lhes vendeu. Quando o estado deixasse de pagar a renda vendida, deixaria de ser uma nação, seria um bancarroto.

Substituir a propriedade territorial em poder de corpos de mão morta por titulos de divida publica, é um beneficio para estas corporações pela facilidade da administração de seus fundos; um bem para a agricultura; um passo para melhoramentos economicos, para a riqueza e prosperidade publica; e, alargando o mercado d'estes titulos, um meio de segurar e melhorar o seu preço, signal do credito nacional, sem o qual não pôde hoje viver um povo que quer marchar pela estrada do progresso, e que aspira ao maximo grau de civilização.

Uma medida d'este alcance encaminha a uma boa lei de culto e clero; tende a augmentar o valor dos bens territoriaes, ainda hoje possuídos pelas corporações de mão morta, e mal aproveitados á falta de interesse individual; fomenta a industria agricola, que definha á mingua de capitães; augmenta a riqueza do paiz, e portanto a materia collectavel; e robustece o credito publico, que tão importante e necessario é na presente occasião, em que o governo tem justamente a peito melhoramentos custosos, mas indispensaveis.

As vastas e improductivas charnecas do nosso Portugal prendem a attenção dos homens, que pensam no futuro do paiz. Para facilitar o arroteamento e aproveitamento d'estes terrenos incultos, é mister, que passem do poder de quem nada lucra com elles, para o de quem possa e queira convertellos em campos, prados, vinhas, terras aráveis, e destiná-las a essas terras, que hoje só produzem rasteiro matto, a serem cobertas de mattas e florestas. Consegue-se este fim pelo aforamento de todos os terrenos incultos proprios para o arroteamento, e pela expropriação por conta do estado de todos os que forem aptos para a silvicultura.

Prender á terra o homem do trabalho; convidar os braços laboriosos a rasgarem o solo, e tirarem d'elle o seu sustento; impedir por este meio a emigração, que nos assusta; fomentar a industria agricola;

cola; augmentar a riqueza publica, e portanto a materia collectavel; converter proletarios em pequenos e laboriosos proprietarios; dar trabalho a quem muitas vezes o não tem; são os fins, que me proponho pelo aforamento dos baldios.

Povoa o paiz de mattas, sempre productivas, e a todos os respeitos convenientes; de mattas que purificam o ar, que melhoram a saúde dos povos, que refrescam a atmosphera, que abrigam dos ventos, que fertilizam a terra, que produzem e regulam as nascentes e correntes de agua, que são vastos aparelhos de condensação, que são rica fonte de riqueza para as nações, e origem de muitas industrias; de mattas, indispensaveis para o nosso desenvolvimento como nação maritima, necessarias para as nossas construções, para os caminhos americanos, que hão de alimentar as nossas linhas ferreas, para a construção e conservação d'estas; de mattas, que nos hão de enriquecer, como enriquecem a Saxonia, o Wurtemberg, a Russia, e a França; de mattas, que no dizer de um dos mais brilhantes genios da antiguidade são *subsídium belli, ornamento pacis*; será, por certo, o resultado da expropriação por conta do estado dos baldios proprios para a silvicultura, e sua arborisação.

Senhores, longo seria um relatório em que tentasse expor-vos, o que sinto dizer-se em mim cerca as vantagens da medida, que vos proponho.

A vossa sabedoria e amor de patria não pôde escapar o grande alcance d'ella. Confio que vos dignareis de apreciá-la, e aceita-la no seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.^o Todas as propriedades rusticas e urbanas pertencentes hoje a camaras municipaes, parochias, cabidos, mitras, collegiadas, irmandades, confrarias, hospitais, albergarias, misericordias, asylos, conventos, recolhimentos, em geral a todas e quaesquer corporações de mão morta, serão subrogadas por inscripções com assentamento na junta do credito publico dentro em sete annos, a contar da promulgação da presente lei, com todas as solemnidades exigidas para a venda de bens nacionaes.

§ unico. São exceptuados os edificios necessarios para as repartições publicas, os de conventos e de hospitais com suas cercas e accessorios, e as residencias de parochos.

Art. 2.^o Todos os baldios, charnecas, mattos, paues, em geral todas as terras incultas, pertencentes ás corporações enumeradas no artigo 1.^o, serão aforadas em fiteosim perpetuo dentro de cinco annos, a contar da promulgação da presente lei, em hasta publica, precedendo annuncios, com todas as solemnidades exigidas para a venda de bens nacionaes.

§ unico. São exceptuados os terrenos para edificação, largos de feiras, parques, jardins e passeios publicos.

Art. 3.^o A subrogação ordenada no artigo 1.^o nunca se fará por inscripções, que rendam menos que os bens subrogados.

Art. 4.^o As inscripções, por que se subrogarem as propriedades das corporações enumeradas no artigo 1.^o, ficarão pertencendo a essas mesmas corporações, cujos eram os bens subrogados.

Art. 5.^o Os fôros e direitos domaniaes ficarão pertencendo ás corporações, cujos eram os bens aforados.

Art. 6.^o O governo expropriará para silvicultura os baldios, e terrenos incultos mais proprios para arborisação, que para arroteamento.

Art. 7.^o O governo por circumstancias extraordinarias poderá, por decreto, prorogar o prazo marcado no artigo 1.^o para a subrogação das propriedades rusticas e urbanas dos corpos de mão morta enumerados no mesmo artigo.

Art. 8.^o O governo mandará converter em mattas e florestas os terrenos expropriados para esse fim, para o que é autorisado a gastar até 80.000\$000 réis por anno.

Art. 9.^o O governo dará conta ás cortes do uso, que fizer das autorisações concedidas, da qualidade dos bens subrogados e aforados, da quantidade de inscripções subrogadas, e da extensão de terrenos expropriados para silvicultura, e sua arborisação.

Art. 10.^o O governo fará os regulamentos necessarios para a execução da presente lei.

Art. 11.^o Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala das sessões da camara dos srs. deputados, em 21 de maio de 1860.—Francisco Lopes Gavião Tavares de Carvalho.

Projecto de lei reduzindo á condição de livre nomeação todos os emprazamentos existentes, e regulando outros pontos d'estes contratos, apresentado pelo sr. deputado Telles de Vasconcellos em sessão de 25 de maio proximo passado.

Senhores:—O trabalho não é um castigo, no verdadeiro e genuino sentido da palavra; será um sacrificio fecundo, eterno e incessante, d'onde partem todas as revoluções operadas pelas ideias novas, que como em substituição ás antigas, procuram firmar pouco e pouco o seu reinado para renovarem a sociedade, e elevarem a humanidade a toda a altura da sua dignidade e da sua intelligencia.

Nos acontecimentos variados, nas phases diversas porque os povos têm passado pelas justas exigencias das diferentes epochas, encontramos nós sempre o principio da divisibilidade da propriedade abitato pelas consequencias funestas de uma reacção mantida sobre bases estreitas e ruinosas, que os povos dos diferentes paizes, guiados pelo pouco conhecimento dos verdadeiros principios, pretendem conservar para perpetuação das sociedades. O homem pensamento ou o pensamento livre, antepondo-se á extinção de monstruosos principios, tem conseguido muito em favor da civilização; antes de 80 escreveu Montesquieu o espirito das leis; sempre o facto procedendo do facto, sempre as novas ideias vencendo e regenerando a sociedade.

A cumulação da propriedade tem sido na vida dos povos firmada sobre mais ou menos prerogativas, segundo a organização fundamental da sociedade.

Em diferentes epochas, e em diferentes paizes divisamos nós a prerogativa succederem prerogativas, extinguirem-se instituções para se crearem mais tarde com diversas modificações sobre bases oppostas mas tendentes ao mesmo fim, as prerogativas concedidas aos primogenitos dos hebreus não eram os *fideicomissos* dos romanos mencionados na novella 159. Seria fastidioso lançar um rapido olhar sobre todos os povos, e mencionar as suas instituções, modificadas, abattidas e renovadas, ao passo que a acção do homem mais ou menos energica cedia ou conquistava campo ao feudalismo: a França, uma vez proclamada a moderna Roma, o foco da civilização na Europa mostrou a verdade do que deixamos dito, e a sua legislação desde 1789 a 1808 é um documento comprovativo da ligação íntima e constante da actividade humana, e o resultado da applicação dos esforços do homem.

Muitos contratos estabelecidos antes para augmentar as riquezas dos povos pela exploração da terra do que accumular em um só individuo grandes capitães, com flagrante injustiça dos que têm um direito igual em face da razão, poderão trazer consigo graves males ao progresso, e retardar a civilização em seu incessante caminhar.

A emphyteuse, por exemplo, que entre os romanos, se nos não engana o tit. de jur. emph. do c.

era um contrato simplesmente agricola, que até o tempo do imperador Zenon se confundia com compra e venda, e que nem escriptura publica exigia antes da nov. 7 cap. 3.^o e nov. 12 v. Não acontecia assim entre os allemães e entre nós, porque os antigos contratos de aforamento tinham a natureza de feudos, e hoje mesmo n'esta variedade e multiplicidade de formulas, que dão logar ás immensas questões com que estão pejudicados os nossos tribunaes, nós encontramos restos de feudalismo traduzido em estipulações odiosas, amoldadas no começo da monarchia ao viver dos povos, requeridas mesmo pelos antigos usos e costumes, mas condemnadas pelos tempos de hoje em que o homem em acção tem podido revesti-la de maior força para conceder á sua actividade novos meios tendentes a libertar a terra, e a tirar d'ella os maiores lucros, conservando-se ao mesmo tempo o patrimonio das familias, mas sem offensa dos principios de justiça, que os tempos passados têm em muitas circumstancias sacrificado ás occasiões e ás paixões do corralho. Os aforamentos antigos existiam sem regras fixas, considerados como favores dos senhores aos emphyteutas, a lei reguladora eram os caprichos do prepotente, ou as opiniões encontradas dos interpretes, que mui raras vezes convergiam em beneficio da miseria personalisada nos emphyteutas, estado desgraçado e obnoxio que o tempo foi condemnando.

Não pizeram cobro a esta ordem de cousas as ordenações Manolinas e Aphonsinas. Limitadas a regular a successão, legaram a melhores tempos a ruina de similhante systema. Este artigo de jurisprudencia, que tem sido modificado segundo as epochas, não podia permanecer sem que as ideias do século XVI exercessem sobre elle o seu mister; é certo que só ás ordenações Filipinas foi dado o combonarem as opiniões com a legislação, e crear um irregular systema que se ressentia das ideias do século, e dos arrestos dos tribunaes, proferidos no século XVII e principios do século XVIII, se nota a grande confusão a que foi levado o systema emphyteutico. Os nossos jurisconsultos com quanto reconhecessem a desordem em que a jurisprudencia, n'esta parte se encontrava, não foram muito felizes nas formas por elles aconselhadas para a solução de um negocio de tanta ponderação, e as leis de 12 de maio de 1769, 4 de julho de 1768, 9 de setembro de 1769, e de 4 de julho de 1776, estabelecendo principios diversos, tendentes a ferir os privilegios dos senhores directos, alguma cousa conseguiram contra as clausulas duras dos contratos, mas é certo que a opinião publica, revelada ainda contra os principios de igualdade, acatando as prerogativas da nobreza e do clero, aguardava que a liberdade, purificando os usos e costumes, tornasse antiquos os privilegios odiosos e desse logar ao decreto de 13 de agosto de 1832 interpretado pela lei de 22 de junho de 1846. A extinção de alguns foraes, a permissão da remissão em outros, restringiu o systema de emphyteuse, mas nem por isso o tirou do cahos reduzindo as clausulas da successão a regras simples e claras, deixando ainda á opinião a representão de muitas condições odiosas.

A causa das grandes questões, a que dão logar os prazos, começa na deficiencia das leis emphyteuticas; volve bastantes annos que um distincto jurisconsulto descobriu a impossibilidade de se resolver um grande numero de questões pelas leis existentes, e contudo os emphyteutas disputando têm sido esquecidos pelos corpos legislativos para se deixarem entregues á arbitrariedade; este vazio insuperavel pelo direito subsidiario, tem sido preenchido pela prudencia dos julgadores; e suas decisões, faltas de um grau de autoridade para constituirem um direito sobre o futuro, revelam a necessidade de simplificar o systema emphyteutico, reduzindo-o a regras invariaveis, adoptando uma só formula, preservando dos aforamentos o odioso, e marcando os casos da renovação, segundo a ideia de que o aforamento está comprehendido na classe dos contratos bilateraes, pondo assim cobro ás variadas e encontradas opiniões que têm apparecido sobre a letra da lei de 9 de setembro de 1769. É certo que segundo o rigor do direito, e na origem da emphyteuse, o contrato estava extinto volvendo o dominio util para o senhorio com a liberdade de o consolidar; mais tarde foi que a equidade reconhecem, que se fossem expulsos dos bens emphyteuticados os emphyteutas, ficariam muitas familias reduzidas á miseria, mal sem duvida grande e que deu logar á introdução da renovação, sem que os julgadores vissem lei patria em que se firmassem, tendo apenas cooperado para a introdução da renovação a lei de 4 de julho de 1768 e o alvará de 12 de maio de 1769, em quanto obrigaram os corpos de mão morta a contentarem-se com o dominio directo, inhibindo-os da consolidação e acrescentamento de fôro, veiu a resolução de 30 de dezembro de 1768, e a lei de 20 de agosto de 1774, restringir aquella lei, assim como o alvará do 1.^o de junho de 1787 capítulo 6.^o, exceptuando da prohibição da consolidação as comunidades donatarias de

